



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

FERNANDA BORGES RODRIGUES

**TRABALHO, DESGASTE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL:
uma análise dos processos de adoecimento das/dos assistentes sociais**

Brasília
2018

FERNANDA BORGES RODRIGUES

**TRABALHO, DESGASTE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL:
uma análise dos processos de adoecimento das/dos assistentes sociais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr.^a Karen Santana de Almeida Vieira.

Brasília
2018

FERNANDA BORGES RODRIGUES

**TRABALHO, DESGASTE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL:
uma análise dos processos de adoecimento das/dos assistentes sociais**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Karen Santana de Almeida Vieira
Universidade de Brasília
(Orientadora)

Prof. M.^a Marlene de Jesus Silva Santos
Universidade de Brasília
(Membro interno)

M.^a Hana Daher Lopes
Assistente Social
(Membro externo)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Sarah e Otilde, que acreditaram em mim desde o princípio, me amando de forma inteira e incondicional.

Dedico ainda, à todas/os as/os assistentes sociais nas trincheiras do fazer profissional, que tem encontrado (ou não) maneiras de resistir aos levantes do capital em tempos adoecedores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus da minha vida. Razão dos meus dias. O Norte para o meu caminhar. Ao Deus que me dá forças, que me conduz com um amor desmedido e incondicional, e que me trouxe até aqui.

Agradeço aos meus pais, Sarah e Otilde, meus principais incentivadores (e financiadores). Aos amores da minha vida que mesmo sem estudo e oportunidades pelos caminhos tortuosos da vida, sempre enxergaram potencial em mim e não mediram esforços para me apoiar em todos os sentidos. Meu mais sincero amor e agradecimento. Sem vocês não seria possível estar na universidade a qual sempre ouvia minha mãe falar com tanto gosto.

Agradeço às minhas amigas Alexandra, Karoline, Kássia, Lorena e Sarah. Essas mulheres incríveis que o Serviço Social me deu. Minhas parceiras de profissão e de vida. Vocês tornaram os dias na universidade e longe de casa mais fáceis. Obrigada por tudo.

Agradeço ainda à minha orientadora, a professora Karen Santana que me acompanha desde o estágio supervisionado. Obrigada pela direção, pelas conversas e correções, sem você a conclusão deste trabalho não seria possível.

Por fim, agradeço à minha banca. À professora Marlene Santos que mesmo sem saber foi quem me inspirou durante a graduação a pesquisar a categoria trabalho e me apresentou a temática do processo de adoecimento das/dos assistentes sociais e a importância de o debatermos. Obrigada.

Agradeço ainda à Hana Daher Lopes, profissional comprometida com a profissão, que aceitou o convite prontamente para compor minha banca. Grata.

“Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura.”

João Guimarães Rosa

Grande Sertão Veredas

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a partir da revisão da literatura do Serviço Social, os processos de trabalho das/dos assistentes sociais enquanto trabalhadoras/es assalariadas/os, inseridas/os na divisão sócio técnica e sexual do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo, de intensificação e precarização do trabalho, no enfrentamento às expressões da questão social e, como esses processos incidem no quadro de adoecimento, de sofrimento e de desgaste mental das/dos assistentes sociais. O capitalismo pós reestruturação produtiva sob o toyotismo e sob a égide neoliberal encravou uma série de transformações no mundo do trabalho e nas políticas sociais, o que alterou significativamente o conteúdo do trabalho na cena contemporânea, tornando-o precarizado e flexibilizado. Esse processo tem reverberado na saúde da classe trabalhadora de forma negativa gerando adoecimento e desgaste físico e mental. Nesse sentido, este estudo se construiu na direção da análise das correlações entre a precarização e a intensificação das condições de trabalho das/dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem e as reverberações na saúde física e mental dessas/es trabalhadoras/es. Este trabalho consubstancia-se em uma investigação quanti-qualitativa de dados secundários, e por meio da revisão de bibliografias fundadas na tradição do método histórico-dialético acerca dos processamentos do trabalho na contemporaneidade.

Palavras chave: Serviço Social; Trabalho; Desgaste mental; Adoecimento.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

ONGs – Organizações Não-Governamentais

SESMTS – Serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

SMRT – Saúde Mental Relacionada ao Trabalho

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1. TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL	17
1.1. A concepção de trabalho em Marx e o Serviço Social.....	19
1.1.2. A prática profissional e os processos de trabalho do assistente social.....	21
1.2. Questão Social e Serviço Social: desafios contemporâneos.....	25
CAPÍTULO II	
2. MUNDO DO TRABALHO: ADOECIMENTO E DESGASTE MENTAL DECORRENTES DA NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	33
2.1. O toyotismo e a nova organização do trabalho pós reestruturação produtiva.....	35
2.2. Flexibilização e precarização do trabalho na contemporaneidade: algumas reflexões.....	37
2.3. Trabalho, adoecimento e desgaste mental.....	40
CAPÍTULO III	
3. ASSISTENTES SOCIAIS EM PROCESSO DE ADOECIMENTO E DESGASTE MENTAL	47
3.1 Os impactos da precarização do trabalho no trabalho da/do assistente social.....	48
3.2 Adoecimento e desgaste mental de assistentes sociais: uma análise.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva analisar os processos de trabalho da/do assistente social enquanto trabalhadora/or assalariada/o, inserida/o na dinâmica do capitalismo contemporâneo, de intensificação e precarização do trabalho, no enfrentamento às expressões da questão social¹ e, como esses processos incidem no quadro de adoecimento, sofrimento e desgaste mental das/dos assistentes sociais, a partir da revisão de literatura do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento como a Sociologia do Trabalho.

Faz-se importante ressaltar que a premissa que circunscreve a questão social aqui, parte do quadro sócio-histórico, que não se reduz a um pano de fundo da prática profissional, "[...] ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional da/do assistente social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços" (Iamamoto, 2009, p. 19).

As mudanças históricas no mundo regido pelo capital têm alterado a divisão do trabalho, sua gestão e suas exigências. Sendo o Serviço Social uma especialidade do trabalho, os desafios postos ao seu exercício na contemporaneidade, não foge a esses determinantes. Daí a importância da apreensão das transformações societárias que atravessam não apenas o Serviço Social, mas, todas as especialidades do trabalho.

Este estudo parte de uma *perspectiva ampliada de trabalho* (Alves & Antunes, 2004), em que o conjunto da classe trabalhadora na contemporaneidade é compreendida de forma ampla, como seres sociais que vendem suas forças de trabalho em troca de um salário e que são desprovidos dos meios de produção. Essa noção ampliada incorpora a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras. Inclui ainda conforme o entendimento dos autores, a totalidade dos trabalhadores desempregados.

A análise das mudanças históricas no mundo do trabalho neste estudo, se orienta a partir de uma perspectiva histórico dialética² (Druck, 2011), isso implica em defender que as

¹ "A questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade, [...] questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem." (Iamamoto, 2009 p. 27-28)

² Para compreender a gênese e os desdobramentos do sistema capitalista Marx elaborou um método de análise da realidade. Trata-se de um método fundado na teoria do filósofo Hegel, que permite investigar e se aproximar da realidade social a partir das suas determinações sociais, históricas e ideológicas. Segundo o autor: "Meu método dialético, por seu fundamento, não só difere do método hegeliano, como também é a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em um sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador

transformações do mundo do trabalho engendradas na passagem do final do século XX para o século XXI se desenrolaram num nível de complexidade que só pode ser analisada a partir desta perspectiva teórico-metodológica.

O capitalismo contemporâneo promove intensas modificações na organização do trabalho, gerando um amplo contingente de trabalhadores flexibilizados, precarizados, desprotegidos de direitos e sem organização coletiva (Antunes, 2005). Desde a crise do modelo fordista/taylorista³, a partir da década de 1970, uma série de políticas neoliberais⁴ foram preconizadas como pretensas saídas à crise⁵, radicalizando assim a questão social por meio da expansão do desemprego e da fragilização do trabalho. O processo de reestruturação produtiva⁶ produziu uma série de transformações no mundo do trabalho que atingiu de início os trabalhadores industriais, e por fim todos os trabalhadores assalariados, afetando assim, toda a *classe-que-vive-do-trabalho* nos termos de Antunes (2015).

A nova organização do trabalho sob os moldes toyotistas engendram na contemporaneidade um capitalismo manipulatório, por meio da captura da subjetividade dos

do real, e o real é apenas sua aparição externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (Marx, 2013, p. 129). Marx para elaborar a teoria da sociedade burguesa parte da análise da produção da riqueza material, dessa forma investigando as condições materiais da vida social dá inícios aos estudos pelo método.

³ O taylorismo/fordismo como estratégia de organização do processo produtivo, implicava em uma produção em série e em massa a fim de alcançar um consumo massivo, por meio de uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, parcelando e fragmentando o trabalho. No período pós Segunda Guerra Mundial, o Estado buscou canalizar o fundo público a fim de enfrentar a crise, expandindo o emprego, as políticas sociais, e o impulsionamento da produção a fim de viabilizar o consumo da população por meio de certo poder aquisitivo. A implantação de uma rede pública de serviços sociais públicos, e a meta do "pleno emprego" eram estratégias da chamada regulação keynesiana da economia, uma das respostas à crise do capital no pós-guerra, instituindo o Estado de bem-Estar Social. Vale ressaltar ainda que a realidade do Estado de Bem-Estar Social não experimentado pelo Brasil em sua plenitude como nos países europeus, viveu por outro lado o que Oliveira (*apud* Yamamoto, 2009) denominou Estado de Mal-Estar Social.

⁴ O neoliberalismo corresponde a retomada do ideário liberal, que têm como premissa a defesa das liberdades individuais, a liberdade do mercado e da sua auto-regulação significando a não interferência do Estado nas decisões da economia, e um Estado cada vez mais restrito no campo social. Dentre as principais propostas do neoliberalismo, destacam-se a de privatização da esfera pública, flexibilização das relações e condições de trabalho, desregulamentação financeira, abertura externa, a retração do Estado e a reestruturação de políticas sociais.

⁵ A crise do padrão taylorista/fordista eclode em meados dos anos 1970 quando a economia mundial apresenta clara estagnação, com altos índices inflacionários, onde os EUA deixam de ser a única força econômica, e países como o Japão e a Alemanha passam a ser fortes competidores do mercado internacional, redistribuindo o poder no cenário econômico mundial. Há a perda dos padrões erigidos pelo fordismo e pelo keynesianismo, do *welfare*, das estruturas sindicais e partidárias, além do esvaziamento do "socialismo real", o que imprimiu às lutas sociais da classe operária um caráter defensivo.

⁶ Trata-se de um amplo movimento visando a recriação das bases de valorização do capital pós Crise dos anos 1970, por meio do reordenamento das forças produtivas e da atualização de práticas organizativas (Amaral & Cesar, 2009).

trabalhadores (Alves, 2007) engendradora na nova organização do trabalho. Trabalho esse cada vez mais desregulamentado e precarizado, elevando o trabalho ao nível da superexploração em dimensões objetivas com a perda de direitos sociais e trabalhistas o que tem impactado diretamente na saúde e na subjetividade dos trabalhadores.

A precarização como apontam Druck e Franco (2007), ocorre de forma multidimensional, atingindo todas as esferas da vida social. Esse intenso processo de desregulamentação do trabalho e banalização da vida social, incide diretamente na saúde dos trabalhadores, gerando adoecimento e sofrimento. As atuais características do trabalho influenciam na saúde mental dos trabalhadores em decorrência de inúmeros fatores, seja por ambientes insalubres que ameaçam a integridade física do trabalhador, seja pela forma como se organiza o trabalho, e por políticas de gerenciamento que captam e anulam a sua subjetividade em prol do ritmo de trabalho e produção afim de que as metas sejam cumpridas. Gaulejac (2007) amplia a compreensão do sofrimento psíquico e sua relação com gestão do trabalho:

“O sofrimento psíquico e os problemas relacionais são os efeitos dos modos de gerenciamento. *A noção de cerco moral tende a focalizar o problema sobre o comportamento das pessoas, mais do que sobre os processos que os geram.* Quando o assédio, o estresse, a depressão ou, mais geralmente, o sofrimento psíquico, se desenvolvem, é a própria gestão da empresa que deve ser questionada. *Na maioria dos casos, o cerco não é o fato de uma pessoa particular, mas de uma situação de conjunto.* (GAULEJAC, 2007, p. 225, grifos nossos)”.

A formulação de *desgaste mental* na perspectiva de Seligmann-Silva (2011), permite compreender como a organização do capital sob o trabalho tem elevado a superexploração no marco da reestruturação produtiva, incidindo no processo de adoecimento e perda do significado do trabalho na contemporaneidade.

Nesse sentido, podemos então depreender que o trabalho da/do assistente social como profissão inserida na divisão sócio-técnica (e sexual) do trabalho (Granemann, 1999), sofre as consequências deletérias das transformações no mundo do trabalho na vida e na saúde das/dos profissionais, pela alteração no seu conteúdo e significado, e pelas exigências que são colocadas no cotidiano profissional (Vicente, 2015; Raichelis, 2011; Raichelis & Vicente, 2014). Trabalho esse cada vez mais precarizado, onde o sofrimento tem se mostrado latente, impondo a necessidade do debate acerca dessa dimensão do fazer profissional da/do assistente social.

Daí a importância de colocar a categoria dos assistentes sociais como partícipes desse processo. Por meio da construção feita no decurso da renovação profissional, com a

aproximação da categoria com a teoria social de Marx⁷, intensos debates foram travados, desse processo firma-se o compromisso da categoria com a classe trabalhadora explicitado no Código de Ética.

A partir disso, se constrói também no interior da categoria profissional, o reconhecimento dos/das assistentes sociais também como parte constituinte da classe trabalhadora, sendo resguardadas as particularidades da profissão. Em um processo de desalienação ou transição da "classe em si" – esfera em que se encontra a imediatividade do mundo – para a "classe para si", – esfera da totalidade, da participação na genericidade humana (Coutinho *apud* Iamamoto, 2009, p. 98).

Dessa forma, sabemos que a profissão avançou e se dedicou a uma série de temas construindo um acúmulo teórico⁸ em várias frentes de pesquisa, no entanto os estudos que se dedicam aos processamentos do fazer profissional do assistente social foi adiado. Iamamoto (2009b) chama a atenção que o processamento do trabalho do assistente social "[...] nem sempre adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações"(2009b, p. 38), onde as análises das implicações da mercantilização da força de trabalho receberam limitado investimento. A autora avança:

"São acentuadas as diferenças desse trabalho perante outras especializações do trabalho social; mas não adquire igual visibilidade nessas análises sua unidade enquanto parte do trabalho social médio, comum ao conjunto dos trabalhadores assalariados que produzem valor e/ou mais valia" (IAMAMOTO, 2009b, p. 38).

Daí decorre a análise da inserção do assistente social como trabalhador assalariado (Iamamoto, 2009; Raichelis, 2011) na cena contemporânea do capitalismo, submetido a precarização do trabalho, ao alijamento das suas condições de trabalho, e ao processo de adoecimento e desgaste mental que tem acometido o conjunto dos trabalhadores.

Nesse sentido, dá-se a importância de avançar nos estudos ainda pouco debatidos e com escasso acúmulo teórico, acerca da superexploração e do desgaste físico e mental das/dos assistentes sociais. Raichelis (2011) pontua essa necessidade quando afirma:

⁷ A aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx se deu no processo de renovação profissional, de questionamento das suas bases teóricas e do conservadorismo que permeava a profissão. Segundo Faermann (2016) “[...] em Marx, a teoria social compreende uma concepção de homem e de mundo, uma explicação geral sobre a sociedade capitalista burguesa, seu sistema, suas leis de funcionamento, suas conexões internas e suas relações” (2016, p. 43).

⁸ Contribuições dentre as quais destacamos Iamamoto, Netto, Yazbeck, Faleiros, Behring, Pereira, Guerra, Pontes, Simionatto, dentre outros.

"De modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora, não incluído aí o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos." (RAICHELIS, 2011, p. 426)

Nessa direção, preocupando-se em analisar as condições particulares do trabalhador assistente social que a pesquisa foi elaborada, buscando resposta para o questionamento de que o adoecimento e o desgaste mental que afeta o conjunto dos trabalhadores em curso, afeta também os/as assistentes sociais que atuam diretamente com as expressões da questão social.

A escolha do caminho percorrido nesta monografia, tem suas bases metodológicas na análise teórico-bibliográfica, utilizando-se das análises de autores tais como Antunes (2015), Alves (2007), Yamamoto (2007;2009), Druck (1999; 2011) e Seligmann-Silva (2011) que firmam seus olhares à questão do trabalho através de uma perspectiva histórico-dialética, à qual é acompanhada pela busca dos desvelamentos das contradições inerentes aos processos de precarização do trabalho e da vida social na contemporaneidade.

A fim de consubstanciar as análises referidas, buscou-se pesquisas quanti-qualitativas em que as/os autoras/es se pautam pela perspectiva histórico-dialética hegemônica no Serviço Social, acerca das condições de trabalho das/dos assistentes sociais bem como dos seus processamentos na contemporaneidade e os desdobramentos que culminam no adoecimento desses profissionais. Minayo (2001) chama atenção para a natureza qualitativa das pesquisas nas Ciências Sociais, e reitera:

“A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humana, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. *O conjunto dos dados quantitativos e qualitativos, porém não se opõem. Ao contrário, se complementa, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia*” (MINAYO, 2001, p. 22, grifo nosso).

Vale destacar ainda, que este trabalho é um esforço de aproximação da realidade dos processamentos do trabalho da/do assistente social, e não se pretende amplo o suficiente para abarcar a realidade do conjunto das/dos assistentes sociais, mas permite a aproximação da

temática do adoecimento em curso no seio da categoria, à medida que instiga a elaboração de estudos mais amplos que demonstrem de forma mais profunda essa realidade.

A análise qualitativa da produção teórica elaborada até aqui pelo Serviço Social, permite identificar os caminhos para o avanço nos estudos sobre a temática, abrindo assim, espaço para discussão no interior da categoria profissional. Daí destaca-se também, a importância do avanço nas discussões com os organismos de classe da profissão, o conjunto CEFESS/CRESS⁹, para que se possa avançar em construir estratégias coletivas de resistência aos processos deletérios do capital sobre o trabalho das/dos assistentes sociais.

No capítulo I, analisou-se a compreensão da categoria *trabalho* tal como cunhada por Marx (2013), e a sua influência na direção social do Serviço Social brasileiro a partir de meados da década de 1970, além de como esse processo reverberou nas práticas profissionais das/dos assistentes sociais. Analisou-se ainda, a questão social como base sócio-histórica da compreensão do Serviço Social enquanto profissão na sociedade burguesa, e os seus desdobramentos nas políticas sociais e no trabalho da/do social enquanto trabalhador assalariado na contemporaneidade sob a égide do neoliberalismo.

No capítulo II, buscou-se compreender as transformações no mundo do trabalho pós reestruturação produtiva e como o trabalho sob a nova organização do trabalho com bases toyotistas tem gerado um enorme contingente de trabalhadores desregulamentados, precarizados e flexibilizados. Discutir-se-á como esse processo de precarização do trabalho e da vida social como um todo tem reverberado na saúde da classe trabalhadora, gerando desgaste mental e adoecimento.

Já no capítulo III, retomou-se alguns dos esforços realizados nos capítulos anteriores de análise do processo de precarização do trabalho na cena contemporânea e como ele tem reverberado nas condições objetivas de trabalho da/do assistente social gerando adoecimento e desgaste mental. Essa análise construiu-se a partir de pesquisas empíricas realizadas em diversas regiões do país com assistentes sociais inseridas/os nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Investigou-se num primeiro momento como a precarização do trabalho que se traduz em superexploração, tem incidido no trabalho das/dos assistentes sociais. E em seguida, analisou-se a correlação entre as condições de trabalho das/dos assistentes sociais e o processo de adoecimento e desgaste mental da categoria.

⁹ O conjunto CEFESS/CRESS para além de suas atribuições de orientação, normatização, fiscalização e defesa do exercício profissional do/da assistente social, tem promovido desde o processo de renovação do Serviço Social uma ampla atuação no Brasil, de construção de um projeto de sociedade democrático, anticapitalista e de defesa intransigente da classe trabalhadora.

Por fim, à guisa de conclusão, apontou-se alguns dos caminhos de construção coletiva da categoria na direção da resistência frente aos processos deletérios do capital sobre a saúde das/dos assistentes sociais e do conjunto da classe trabalhadora, além da importância do avanço de pesquisas e de estudos amplos acerca dos processamentos das condições de trabalho das/dos assistentes sociais.

CAPÍTULO I

TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

Das Utopias

Se as coisas são intangíveis... ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora

A presença distante das estrelas!

Mario Quintana

A concepção de trabalho tal como proposto por Marx (2013), nos permite apreender os processos engendrados em volta do trabalho como eixo histórico central da organização das relações sociais humanas. Nos dá ainda instrumentos teórico-metodológicos para analisar os processamentos do trabalho não apenas nos primórdios do capital, mas também, no marco do capitalismo contemporâneo e seus rebatimentos na classe trabalhadora, nas lutas sociais e nas respostas do Estado em meio às sequelas da questão social, fenômeno intrínseco ao seu modo de operar socialmente.

A teoria social de Marx transformou paradigmas nas ciências sociais por meio de sua análise profunda do trabalho, do sistema capitalista e de sua superação por meio da luta da classe trabalhadora. A teoria social de Marx influenciou e modificou radicalmente a direção social do Serviço Social brasileiro e suas práticas profissionais. Por meio da construção feita no decurso da renovação profissional, e com a aproximação da categoria com a teoria social de Marx¹⁰, intensos debates foram travados, desse processo firma-se o compromisso da categoria com a classe trabalhadora explicitado no Código de Ética do Assistente Social e no Projeto Ético-Político do Serviço Social¹¹.

Neste capítulo, na análise do Serviço Social, privilegiou-se as análises de Marilda Iamamoto (2007; 2009; 2009b), e de autores que a conformam, tais como Netto (1992), Sbabo (2005), Granemann (1999) e Raichelis (2011), acerca dos objetos propostos, quais são: os processos de trabalho do Serviço Social; a análise do trabalho do assistente social como trabalhador assalariado; e sua matéria-prima, a Questão Social. Análises que foram apropriadas ao longo do processo de Reconceituação do Serviço Social¹², e consolidadas como hegemônicas pelo conjunto da profissão.

¹⁰ A aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx se deu no processo de renovação profissional, de questionamento das suas bases teóricas e do conservadorismo que permeava a profissão. Segundo Faermann (2016) “[...] em Marx, a teoria social compreende uma concepção de homem e de mundo, uma explicação geral sobre a sociedade capitalista burguesa, seu sistema, suas leis de funcionamento, suas conexões internas e suas relações” (2016, p. 43).

¹¹ Projeto ético-político compreendido enquanto construção coletiva da categoria que projeta na materialidade nas ações de seus pares, apoiadas em conhecimentos teórico-metodológicos pertinentes ao Serviço Social, nas relações entre o Estado, e a sociedade de classes, e de princípios éticos balizadores da conduta profissional, imprimindo norte ao trabalho profissional. (Iamamoto, 2007)

¹² O Movimento de Reconceituação no Serviço Social foi o processo de tentativa de ruptura com o conservadorismo histórico da profissão, por meio de uma renovação teórica, e prático-social, a fim de alterar a direção social da profissão. Um dos elementos centrais desse processo foi a aproximação com o marxismo, e com as lutas sociais democráticas da classe trabalhadora. De todo esse processo resulta importantes marcos da profissão como a Reforma Curricular e o Código de Ética do Assistente Social, que expressam claramente a direção ético-política da profissão de defesa dos direitos da classe trabalhadora, e o horizonte de construção de uma nova ordem societária livre de exploração e opressão.

1.1 A concepção de trabalho em Marx e o Serviço Social

Esta análise parte da concepção marxiana de trabalho enquanto eixo fundante da sociabilidade humana. Para Marx (2013), o trabalho se constitui como um processo na relação que se constitui entre o homem e a natureza, é a dimensão capaz de nos diferenciar de outros animais. Segundo Marx (*Idem*), o trabalho é antes de tudo “[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 326).

No processo de transformação da natureza o homem transforma a si mesmo, ele atua “[...] sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.” (*Ibidem*, p. 327). O trabalho é um processo exclusivamente humano, na medida em que o que diferencia a ação do homem da ação do animal é a intencionalidade. O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é a capacidade de planejar a execução de uma atividade. A modificação de uma matéria natural em algum objeto exige do ser humano uma pré-figuração (teleologia) em sua mente do que irá realizar posteriormente.

Para Granemann (1999) a centralidade do trabalho tal como proposta por Marx, não significa desconsiderar a ação na história de outros complexos sociais como a filosofia, a arte, o Direito, a política etc. mas,

“Pelo contrário, apenas sendo em última análise, fundados pelo trabalho é que os complexos sociais distintos do trabalho podem interagir com ele, consubstanciando o complexo processo de desenvolvimento dos homens que é a reprodução social” (GRANEMANN, 1999, p. 32).

A concepção de trabalho como fundante da sociabilidade humana, implica em reconhecer que as relações sociais construídas ao longo de toda a história da humanidade, “[...] se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana.” (Granemann, p. 224, 2009).

O trabalho para Marx (2013), é o processo no qual os seres humanos atuam sobre a natureza transformando-a em formas úteis à vida social. E nesse processo de transformação da natureza, o homem transforma a si mesmo atribuindo significado ao seu trabalho. Dessa forma, o processo de trabalho é voltado para as necessidades humanas, para os valores-de-uso, têm-se aí o caráter *útil* do trabalho nos termos de Antunes (2015), em que na “[...] relação de

intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de *coisas socialmente úteis e necessárias*” (p. 92, grifos do autor). Essa forma de trabalho se caracteriza como trabalho concreto. Segundo Sbabo (2005), “[...] do ponto de vista do produto do processo de produção, esse trabalho assume um significado quantitativo e supõe um modo definido de relações de produção que determinam as condições sociais, nas quais se realiza” (p. 29).

No modo de produção capitalista o homem passa a vender sua força de trabalho¹³, isto é, sua capacidade de transformar a natureza em coisas socialmente necessárias à sua reprodução, e o processo de trabalho volta-se não para a produção de valores-de-uso, mas para os valores-de-troca das mercadorias produzidas, visando o acúmulo de mais-valia¹⁴. Tem-se aqui assumida a forma do trabalho abstrato¹⁵. Nesse modo de produção o trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato (Antunes, 2015). Dessa forma,

“Na sociedade capitalista erigida sobre a sociabilidade das mercadorias produzidas para a troca, o trabalho não pode se realizar como fruição, como realização das capacidades humanas mais elevadas; ao contrário, o próprio trabalho aparece como geral, como relação social, apenas no ato das trocas” (GRANEMANN, 2009, p. 238).

A sociabilidade do capital transforma tudo em mercadorias, a começar pela força de trabalho. Transforma o trabalho, a capacidade laborativa de construir instrumentos necessários a vida social em algo penoso, alienado e desumanizante, onde os seres humanos não se reconhecem no resultado do produto que eles mesmos criaram. A sociabilidade do capital acabou por reduzir o trabalho ao emprego, a venda da força de trabalho por um salário. É esse trabalho alienado, esvaziado de significado, que dá base e possibilita o desenvolvimento do capitalismo. Esse não existe sem a produção de mais-valia, “[...] porque o processo imediato de produção do capital é, como indicou Marx, o processo de trabalho e de valorização que tem por

¹³ Marx compreende a força de trabalho como “[...] o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (2013, p. 312).

¹⁴ O capitalista compra a força de trabalho pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção e reprodução, criando as condições do trabalho excedente. A produção capitalista não é a produção de mercadorias, mas a produção de *mais-valia*, isto é, de trabalho excedente que produz o valor-de-troca das mercadorias apropriado como lucro pelo capitalista, resultado do sobre-trabalho não pago ao trabalhador (Marx, 2013; Sbabo, 2005).

¹⁵ Marx diferencia trabalho concreto de trabalho abstrato, onde “[...] todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso” (2013, p. 172).

resultado o produto-mercadoria e, por motivo determinante, a produção de mais valia” (Granemann, 2009, p. 234).

A seguir, apresentar-se-á como o Serviço Social incorporou a análise marxiana do trabalho, e suas reverberações na prática profissional e nos processos de trabalho do assistente social.

1.1.1 A prática profissional e os processos de trabalho da/do assistente social

A análise do Serviço Social como trabalho data do início da década de 1980, com a publicação de Yamamoto e Carvalho *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de 1982, onde os autores destacaram o caráter contraditório do exercício profissional, que se efetiva nas relações entre as classes sociais antagônicas, situando a função do assistente social na reprodução da força de trabalho, na reprodução do controle social¹⁶ e da ideologia dominante no campo político-ideológico.

O Serviço Social como profissão, se inscreve na divisão sócio-técnica do trabalho no marco da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (Granemann, 1999); (Netto, 1992). Sendo a prática profissional, compreendida como especialização do trabalho partícipe de um processo de trabalho (Yamamoto, 2009). Foi a incorporação teórica-metodológica extraída dos originais de Marx que possibilitou a afirmação do caráter contraditório do exercício profissional do assistente social, indissociável das relações inscritas entre as classes sociais e o Estado no Brasil.

A relevância da discussão do Serviço Social como trabalho se deu no processo de construção das bases das Diretrizes Curriculares¹⁷ na década de 1980. As novas Diretrizes Curriculares situam o Serviço Social inserido no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, caracterizando-o como profissão interventiva. O exercício profissional se insere então, em processos de trabalho, sendo a prática profissional um dos

¹⁶ Controle Social compreendido como função ideológica e moral no marco da sociedade burguesa de reprodução dos interesses de classe por meio da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante (Barroco, 2009).

¹⁷ As Diretrizes Curriculares são resultado de mais 200 oficinas locais, regionais e nacionais realizadas pelas unidades de ensino da área. Processo que reafirmou a abordagem do Serviço Social como trabalho, liderado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

elementos que compõem este processo (Sbabo, 2005), ao lado da matéria-prima/objeto e dos instrumentos de trabalho.

Iamamoto (2009) aponta um duplo ângulo de apreensão para que o Serviço Social possa ser compreendido. Primeiramente, "[...] o Serviço Social como profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira" (Iamamoto, 2009, p. 57). E em segundo lugar, a autora analisa "[...] como o Serviço Social se formou e se desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade".

Conforme Iamamoto (2009), a leitura da prática profissional - aquilo que o assistente social faz - predominante hoje é aquela que não toma a prática profissional isoladamente "em si mesma", mas em seus condicionantes internos e externos. Os condicionantes internos são aqueles que dependem do desempenho profissional, dizem respeito às competências do assistente social como, por exemplo, acionar técnicas e estratégias; a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional etc. Os externos dizem respeito aos fatores que não dependem apenas do sujeito profissional, as relações de poder institucional, os recursos colocados à disposição para o trabalho pela instituição contratante; as políticas sociais específicas, os objetivos e demandas da instituição empregadora, a realidade social da população usuária dos serviços prestados etc.

Por fim, a prática profissão é a atividade do assistente social na relação com o usuário, os empregadores e com os demais profissionais, sendo essa atividade socialmente determinada, por isso são consideradas também as condições sociais nas quais ela se realiza, que se distinguem da prática, mas que nela interfere.

O foco nos processos de trabalho compreende o trabalho do assistente social no campo político-ideológico, permeado por interesses de classe, requerendo funções do assistente social de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos e de controle social. Trabalho profissional entendido como participe dos processos de trabalho, que se organizam conforme as exigências sócio-políticas e econômicas de acumulação que rebatem diretamente na prática profissional.

A prática profissional segundo Iamamoto (2009), "[...] corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho" (p. 95), nesse sentido para que haja trabalho é necessário que haja também meios de trabalho e matéria-prima ou objeto em que incida a força transformadora do trabalho. Daí a necessidade, salientada pela autora, de

compreender que esses elementos constituintes de todo processo de trabalho estão situados em um determinado momento sócio-histórico atribuindo significados particulares. A referência sócio-histórica aqui é o capitalismo maduro periférico, onde, processos de trabalho está associado a produção de valor.

A afirmação do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, nos indica analisar o assistente social como trabalhador assalariado, na relação de compra e venda da sua força de trabalho nos diversos espaços sócio ocupacionais, como o Estado, as organizações não governamentais, empresariais ou patronais. Trata-se de compreender o Serviço Social enquanto parte do trabalho coletivo, abstrato – como acúmulo de tempo de trabalho social médio necessário – resguardadas as suas particularidades. Dessa forma, o assistente social afirma-se na sociedade brasileira como trabalhador assalariado, tendo no Estado o seu principal empregador:

“O assistente social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma *das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária*, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e *a atividade profissional*, que se estabelece mediante uma relação contratual, que regulamentam as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. Para esse agente a receber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado pelo preço de qualquer outra mercadoria, *ingressando sua atividade no reino do valor*” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, p. 85, grifos dos autores).

O processo de assalariamento do trabalho do assistente social está intimamente ligado à institucionalização da profissão, que se relaciona diretamente com a progressiva intervenção do Estado na regulação social, momento em que as manifestações da questão social se põem como demandas às políticas sociais¹⁸. A profissionalização e a institucionalização do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho fornecem as bases para que os assistentes sociais ingressem no processo de mercantilização da sua força de trabalho, no universo da valorização do capital (Raichelis, 2011).

¹⁸ Políticas Sociais analisadas sobre um duplo ângulo: o da necessidade de garantia das necessidades das condições de reprodução e desenvolvimento do próprio capitalismo; e ao mesmo tempo e contraditoriamente como resposta das pressões e mobilizações da classe trabalhadora de exigência do atendimento das suas necessidades sociais coletivas.

Ao analisar o trabalho assistente social em tempo capital fetiche¹⁹, Iamamoto (2007) traz para a análise as tensões entre o Projeto Ético-Político da profissão e o seu estatuto assalariado.

A autora afirma:

"O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da *relativa autonomia*²⁰ do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal organizativo que regulam o exercício de uma "profissão liberal" na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). [...] Por outro lado, o exercício profissional realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem no Estado e nos organismos privados, – empresariais ou não –, os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à implementação do projeto profissional". (2007, p. 415-416)

Nessa relação de tensão entre o projeto profissional e o estatuto assalariado se dá importância da problematização do trabalho do assistente social que põe em relevo as contradições existentes entre a direção que o profissional imprime em suas ações, e as exigências postas pelos empregadores. Daí os dilemas da alienação que são indissociáveis do trabalho assalariado (Raichelis, 2011), que incidem diretamente e de diversas formas no exercício profissional do assistente social nos diferentes espaços sócio ocupacionais que se insere.

Nesse sentido, problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, traz a necessidade de pensá-lo enquanto parte constituinte da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário,

¹⁹ O capital fetiche diz respeito ao capital financeiro no atual cenário do capitalismo mundializado, onde “as finanças como potências autônomas diante das sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que atuam mediante o efetivo respaldo dos Estados nacionais sob a orientação dos organismos internacionais, porta-vozes do grande capital financeiro e das grandes potências internacionais. A esfera das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho em no âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada” (Iamamoto, 2007, p. 109).

²⁰ A *relativa autonomia* do assistente social está ligada à sua condição de profissional liberal, já que dispõe de algumas características deste tipo de profissional, quanto a condução de seu atendimento junto aos usuários com quem trabalha, norteado por valores e princípios explicitados no Código de Ética Profissional. No entanto, por se afirmar socialmente como trabalhador assalariado nas instituições empregadoras a quem vende sua força de trabalho, o assistente social ainda proprietários de sua força de trabalho especializada não dispõe de todas as condições necessárias para realização de seu trabalho, que são fornecidas parcialmente pelo empregador (Iamamoto, 2009).

"Submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços. (RAICHELIS, 2011, p. 425-426)

Por meio da análise da centralidade do trabalho (Antunes, 2015) e do processo de transformações nas condições de trabalho da classe trabalhadora pós reestruturação produtiva, é recorrente a crítica do Serviço Social frente à exploração dessa classe, mas muitas vezes estabelecendo com esta uma relação de exterioridade e de não pertencimento.

A análise do estatuto de trabalhador assalariado do assistente social implica em se analisar também a questão social enquanto matéria prima da profissão, objeto na qual incide a ação profissional, bem como suas transformações e como elas incidem e conformam o cotidiano e as exigências profissionais na contemporaneidade, tema esse que será debatido no tópico a seguir.

1.2 Questão Social e Serviço Social: desafios contemporâneos

A análise do conceito de questão social aqui desenvolvida é indissociável da sociabilidade capitalista e de suas conformações atribuídas ao Estado e ao trabalho no marco da expansão monopolista²¹ do capital. A gênese da questão social na sociedade capitalista se dá à medida em que o caráter coletivo da produção - os frutos do trabalho enquanto atividade humana - é apropriado de forma privada pelo capital.

Dessa forma, segundo Iamamoto (2007), “[...] a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais” (2007, p. 156), expressa ainda, desigualdades econômicas, políticas, mediadas por relações de gênero, étnico-raciais e regionais. As lutas sociais da classe trabalhadora diante dos avanços do capital romperam o domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, passando a exigir a interferência do Estado no reconhecimento de direitos materializado nas políticas e serviços sociais.

²¹ Segundo Netto (1992), as conexões entre o Serviço Social se dão com as peculiaridades da questão social na sociedade burguesa madura da ordem monopólica, que no Brasil, atinge sua maturidade após 1964. Na ordem monopolista, o Estado realiza sua intervenção de forma contínua, interna e sistemática, fundindo suas funções políticas e econômicas. Ele é tensionado tanto pelas exigências econômicas da ordem monopólica quanto pelos conflitos sociais. Há ainda a captura do Estado pela burguesia, o que não se torna incompatível com a democratização da vida sociopolítica, mas imprime ao Estado uma dinâmica contraditória.

A questão social se apresenta como a base de fundação do Serviço Social²² como especialização do trabalho no capitalismo. Questão social fundada na contradição capital *versus* trabalho, como "[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade da sociedade capitalista madura" (Iamamoto, 2009, p. 27), considerada o objeto de trabalho e a matéria-prima do assistente social, e tem em suas múltiplas expressões a incidência da necessidade da ação profissional. Os assistentes sociais por meio do trabalho que desenvolve na prestação de serviços socioassistenciais em instituições públicas e privadas, intervêm nas relações sociais no atendimento aos sujeitos sociais, com as mais diversas expressões da questão social.

O Estado como agente centralizador na oferta de serviços e políticas sociais deu base e legitimidade à sustentação de um mercado de trabalho para o assistente social como trabalhador assalariado. Yamamoto (2007) afirma que,

“O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas propulsoras dessa qualificação profissional legitimada pelo poder. O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes – rompendo com a tradicional filantropia – para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornaram seus maiores empregadores” (IAMAMOTO, 2007, p. 171).

No Brasil, o Serviço Social afirma-se como especialização do trabalho no marco do desenvolvimento do capital industrial e da expansão urbana, especialmente na década de 1930, com a emergência de um Estado centralizador no governo Vargas. A profissão no Brasil se afirma quando a hegemonia do capital industrial emerge a questão social, justificando o desenvolvimento desse tipo de profissão. É sob estas bases históricas que a profissão de Serviço Social se desenvolve no Brasil. A questão social segundo Yamamoto (2009), se apresenta como a base sócio-histórica de requisição do Serviço Social enquanto profissão. Nesta direção segundo a autora, as expressões da questão social,

“[...] no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho. Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, e amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra

²² O debate da questão social no interior do Serviço Social brasileiro se dá pela aproximação com a tradição marxista e do pensamento conservador europeu clássico contemporâneo, principalmente a partir das formulações de Castel e Rosanvallon. Esse debate é impulsionado pelo processo de construção do projeto de formação profissional na década de 1990 que incorpora e avalia a produção brasileira acerca da questão social e da política social nas últimas décadas à luz dos processos históricos experimentados pelo Brasil (Iamamoto, 2007, p. 172).

face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado.” (IAMAMOTO, 2009, p. 18)

A expansão monopolista no Brasil, construiu-se havendo de um lado, a dominação imperialista, e de outro a desigualdade interna do desenvolvimento nacional (Iamamoto, 2007). Ela aprofundou as desigualdades sociais, políticas, econômicas e regionais, favorecendo a concentração racial, social e regional de renda e poder. O que se observa, é a permanente exclusão dos trabalhadores das decisões de poder, sujeitos à repressão e ao arbítrio do Estado. Por outro lado, a contrapartida da supressão da cidadania dos trabalhadores brasileiros, tem sido o irrompimento das lutas sociais no país.

As profundas alterações engendradas no mundo capitalista atual ampliaram os processos de exploração das classes trabalhadoras, onde o papel do Estado no atendimento às necessidades sociais, a garantia e promoção da cidadania são drasticamente reduzidas. Todo esse processo conduz ao que Iamamoto (2007), denominou *banalização do humano*, onde se

“[...] atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social” (IAMAMOTO, 2007, p.125).

Diante das profundas modificações do atual capitalismo, haveria surgido uma “nova questão social”, concepção encabeçada por pensadores da Escola Francesa como Robert Castel (1998) e Pierre Rosanvallon (1995), onde conforme Pastorini (2007) a discussão sobre a “nova questão social”

“[...] irrompe na Europa e nos Estados Unidos no final da década de 70 e início dos anos 80, quando alguns dos grandes problemas inerentes à acumulação capitalista (como desemprego, pobreza, exclusão), vistos como residuais e conjunturais, durante os ‘Trinta Anos Gloriosos’ nos países centrais e em alguns periféricos, passam a ser percebidos como problemas que atingem um número não negligenciável de pessoas de forma permanente” (2007, p.49-50).

Autores como Iamamoto (2007), Netto (2001), Yazbek (2001), Pereira (2001), Pastorini (2007), são incisivos na afirmação que não há uma nova questão social, já que ainda na fase atual do capitalismo, se mantêm os elementos essenciais que formam a questão social que emergiram no século XIX, cujo fundamento é o trabalho. O que há são novas expressões da questão social que se manifestam de maneira particular em cada país da ordem capitalista. Para Netto (2001), não existe nova questão social o que há é

“[...] a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui

medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (2001, p.48).

Para se pensar a questão social hoje, é necessário pensá-la a partir do amplo processo de reestruturação produtiva que se inicia em meados de 1970, onde uma série de transformações se engendram especialmente no mundo do trabalho, desencadeando a radicalização da questão social e de suas expressões. Especialmente a partir da década de 1990, a política neoliberal preconizada pelos organismos internacionais e pelo Consenso de Washington²³ (Fiori, 1994), se apresenta como a grande saída à crise capitalista que se instala na década de 1970 e se aprofunda nas décadas seguintes. Os ideais neoliberais prescrevem a desarticulação dos sindicatos, o rebaixamento salarial, a elevação das taxas de juros afim de um ampliar os rendimentos financeiros, além de uma ampla reforma do Estado.

A proposta neoliberal surge como uma tentativa de retomar o crescimento econômico capitalista, a fim de deter a inflação, obter a deflação e recuperar os lucros, o que ela fez na realidade, foi aumentar as taxas de desemprego e de desigualdade social. O neoliberalismo embora não consiga atingir os fins econômicos de alavancar as taxas de crescimento econômico e a produção aos quais se propunha, é vitorioso no plano político-ideológico, tendo em vista o aprofundamento do desemprego, da desigualdade social e da exploração, já que seu objetivo era apostar no mercado como grande regulador das relações sociais. O capital, direciona-se para o setor financeiro, ao invés do produtivo, privilegiando o crescimento especulativo da economia.

A mundialização da economia (Chesnais, 1996) e sua face financeira se expande a partir de um amplo processo de integração entre grupos industriais, e instituições financeiras (bancos, companhias e seguro, sociedades de investimento coletivo) que passam a comandar a acumulação, numa busca incessante pela riqueza, em que “[...] os investimentos financeiros tornam a relação social do capital com o trabalho aparentemente invisível” (Iamamoto, 2007, p 21). A “flexibilização” vem sendo perseguida pelo grande capital (Netto, 1996), fazendo crescer a nível mundial as atividades de natureza financeira.

²³ Conforme Druck (1999), o Consenso de Washington foi estabelecendo no plano das políticas econômicas neoliberais, tornou-se a proposição da comunidade financeira internacional especialmente do Fundo Monetário Internacional (FMI), para ajustar as economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais, ao processo de reestruturação produtiva no plano internacional. Segundo a autora, os objetivos principais do Consenso de Washington são: 1) estabilização da economia por meio do corte no déficit público e o combate à inflação; 2) “reformas estruturais” com a redução do Estado com programas de privatização e liberalização financeira e comercial e por fim; 3) abertura econômica para atrair investimentos internacionais s fim de retomar o crescimento econômico.

Nesta direção, Yamamoto (2007) levanta a hipótese de que na raiz do atual perfil assumido pela questão social no Brasil, estão as políticas de favorecimento dos mercados financeiros e de empresas multinacionais como “[...] forças que capturam o Estado, as empresas de menor porte e o conjunto das classes sociais, que passam a assumir o ônus das ditas “exigências do mercado” (Yamamoto, 2007, p. 36). O crescimento da dívida pública com juros exorbitantes, incide diretamente no produto interno bruto dos países como o Brasil. O capital financeiro avança em direção ao fundo público e o mercado acionário das empresas apostam em investimentos de caráter especulativo por meio da extração presente e futura de mais-valia dos trabalhadores, a fim de perseguir padrões internacionais de lucratividade.

A mundialização do grande capital alinha-se ao projeto neoliberal que “[...] subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica” (Yamamoto, 2007, p. 149). O que se observa são subversões: ao orientar a distribuição de orçamentos destinados aos direitos constitucionais, onde o dever legal é subordinando à disponibilidade de recursos. Além de, leituras orçamentárias, apreendidas apenas como peças técnicas, subvertendo critérios políticos²⁴ de escolha das prioridades na distribuição dos recursos, estabelecidas pelo bloco de poder que orienta o fundo público segundo as necessidades do capital, em especial para o capital financeiro, por meio da dívida pública e do socorro à quebra dos bancos.

Segundo o sociólogo Atílio Borón (1995), as políticas neoliberais têm uma dupla dimensão. Por um lado, a *satanização do Estado*, onde ele é tido como o responsável por todas as desgraças que afetam a sociedade. Por outro, a *santificação do mercado e da iniciativa privada*, que aparece como sinônimo de eficiência, probidade e austeridade, justificando a política de privatização. Esse processo resulta em um Estado cada vez mais submetido aos interesses políticos e econômicos dominantes.

A mundialização do capital elevou os níveis de desigualdade e exploração, reproduzindo de forma ampliada a questão social em escala global, espalhando suas expressões sob formas diversas e particulares em cada país, exemplo desse processo é aumento generalizado do desemprego, a instabilidade do trabalho, a perda dos direitos trabalhistas, aumento da pobreza, o empobrecimento da classe média, a privatização dos serviços sociais, a inserção das mulheres no setor de serviços, colocando muitos em extrema situação de pobreza, exclusão e subalternidade, que se agrava ante o momento atual de regressão dos direitos sociais no Brasil (Freitas & Mesquita, 2011).

²⁴ Draibe (1993), ressalta que a ideologia neoliberal projeta uma cultura política aparentemente “despolitizada”, e movida pela busca de soluções ágeis e eficientes, ocultando a real direção de suas ações.

O Estado organizado sob inspiração neoliberal, busca reduzir sua atuação no atendimento às necessidades sociais mediante a redução dos gastos com políticas sociais em nome da chamada crise fiscal do Estado. O resultado é um Estado cada vez mais subordinando aos ditames dos interesses políticos e econômicos internacionais. A proposta neoliberal repercute no campo das políticas sociais as tornando cada vez mais focalizadas e privatizadas, o que se presencia é a desarticulação dos serviços sociais públicos materializados nos direitos sociais de interesse coletivo, em consequência da retração do Estado.

Draibe (1993) em seu ensaio nos apresenta o receituário neoliberal, em especial para os países latino-americanos submetidos aos rigores dos ajustes macroeconômicos e à devastação social da contrarreforma²⁵ e da reestruturação dos sistemas de proteção social orientados pelo trinômio descentralização-privatização-focalização. Estes são os vetores estruturantes das contrarreformas preconizadas pelo neoliberalismo, onde a autora caracteriza os elementos do trinômio a partir das contribuições de Issuani (1990). A seguir indicar-se-à brevemente cada um dos princípios orientadores:

- a) A *descentralização* é concebida como uma forma de tornar mais eficiente e eficaz os gastos já que aproxima problemas e gestão, ampliam-se a utilização de formas alternativas de produção e operação dos serviços, organizados de forma mais simples na esfera municipal;
- b) A *privatização* é entendida como o deslocamento da produção de bens e serviços sociais privado lucrativo como uma resposta à crise fiscal, já que evita a irracionalidade do gasto público no uso de recursos induzida pela gratuidade de certos serviços públicos;
- c) A *focalização* por sua vez, diz respeito ao direcionamento dos gastos sociais programas e públicos-alvo específicos, escolhidos de forma seletiva pela sua maior necessidade e urgência.

Todo esse receituário neoliberal passou a ser implementado no Brasil no início da década de 1990 num período de profunda recessão econômica e de redemocratização do país pós ditadura militar. Concomitantemente a esse processo, o Brasil promulga a Carta Constitucional,

²⁵ O termo “contrarreforma” é extraído de Behring (2008), sendo que a autora se contrapõe ao termo “reforma” considerando seu uso ideológico pelos neoliberais, se recusando a caracterizar como reforma, processos regressivos, que implicam em perda de direitos sociais.

em 1988²⁶, importante avanço da democracia no Brasil, fundada na concepção de participação e controle popular; na universalização dos direitos; na garantia da proteção social; em uma perspectiva de gratuidade e integralidade dos serviços, voltadas à defesa da cidadania e da igualdade, onde é reafirmado a primazia do Estado na condução das políticas públicas, e o respeito ao pacto federativo de descentralização do poder, no sentido de democratização das políticas públicas como resposta às necessidades sociais da população. Nesse sentido, o projeto constitucional é tensionado pelas propostas neoliberais, colocando o Estado em disputa e as respostas à questão social.

É em meio a esse complexo cenário de disputas que o projeto profissional do Serviço Social que vinha sendo construído coletivamente pela categoria na década de 1980, é consolidado na década de 1990. Projeto esse materializado no Código de Ética Profissional do Assistente Social, na Lei 8662 que regulamenta a profissão, ambos de 1993, e na nova proposta das Diretrizes Curriculares (ABESS/CEDEPSS, 1997), documentos esses que apontam a direção social tomada pela profissão de defesa intransigente dos direitos sociais, da ampliação da cidadania e da esfera estatal e do aprofundamento da democracia, indo de direto encontro ao ideário neoliberal em disputa.

Diante da radicalização da questão social em curso, do aumento da pobreza, da desigualdade social e do intenso processo de desemprego, e concomitantemente ao enxugamento do Estado e da redução dos gastos sociais pelo setor público, inúmeros desafios se põem ao cotidiano profissional do assistente social que é chamado a implementar e viabilizar os direitos sociais. O aumento do contingente de demandantes dos serviços sociais públicos, aumenta também a carga de trabalho dos assistentes sociais, ao mesmo tempo que diminui as possibilidades de ação profissional com os recursos e meios de trabalho cada vez mais escassos.

O sucateamento das políticas sociais incide também diretamente nas condições de trabalho do assistente social, tornando-o cada vez mais precarizado e flexibilizado. Colocando assim à categoria um questionamento central como indaga Iamamoto (2009): "*Como reforçar e consolidar esse projeto político-profissional em um terreno profundamente adverso? Como atualizá-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios ético-políticos que o norteiam?*" (2009, p. 113, grifo da autora).

A contrarreforma do Estado é indissociável das condições e relações de trabalho em que os assistentes sociais estão inscritos. As relações de trabalho no atual contexto do capitalismo

²⁶ A Constituição de 1988 foi um marco na fundamentação das ações públicas em prol da construção da democracia no Brasil. A seguridade social na perspectiva que foi desenhada na Carta Constitucional, passou a expressar a responsabilidade do Estado brasileiro frente a garantia da proteção social aos sujeitos de direito.

mundial remonta a década de 1970, período em que a crise do modelo fordista-taylorista se instala, e o processo reestruturação produtiva transforma radicalmente a organização do trabalho, engendrando novas formas de exploração e subalternização da classe trabalhadora, bem como processos deletérios à saúde física e psíquica dos trabalhadores de todo o mundo. O capítulo seguinte discorrerá sobre este assunto.

CAPÍTULO II

MUNDO DO TRABALHO: ADOECIMENTO E DESGASTE MENTAL DECORRENTES DA NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

‘A desvalorização do mundo humano cresce em razão direta da valorização do mundo das coisas.’

Karl Marx

Manuscritos Econômicos-Filosóficos

A crise dos anos 1970²⁷ pôs fim a onda de expansão capitalista pós Segunda Guerra Mundial²⁸. O novo modelo de acumulação instaurado pelo capital promoveu a reestruturação produtiva, um amplo movimento que visa a recriação das bases de valorização e dominação ideológica do capital²⁹. É o desenvolvimento de estratégias de reordenamento das forças produtivas e de atualização das práticas organizativas. (Amaral & Cesar, 2009).

O que se observa no mundo do trabalho, é a retração do binômio taylorismo/fordismo com a contração do proletariado fabril, tradicional, estável e especializado do modelo taylorista/fordista (Alves & Antunes, 2004). Além da redução da proteção ao trabalho conquistado pelos trabalhadores pós Segunda Guerra Mundial, e um ataque do capital aos sindicatos e à todas as formas organizativas da classe trabalhadora.

O trabalho formalizado vem diminuindo significativamente com a reestruturação do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas, precarizadas e flexibilizadas de trabalho. Outra face desse processo é o desemprego que atingiu níveis alarmantes no Brasil na década de 1990. Segundo Schlindwein e Shikida (2000), o fenômeno do desemprego no Brasil se deu pela incorporação das novas tecnologias na produção, pela adoção de novos paradigmas administrativos e gerenciais, e pelo intenso processo de privatização de empresas estatais iniciado na década de 1990.

O mundo do trabalho na contemporaneidade tem substituído os trabalhadores da era fordista, fortemente especializados, pelos trabalhadores polivalentes da era toyotista. O que se instaura no capitalismo mundial com o toyotismo é o aprofundamento do caráter manipulatório do capital por meio do *engajamento* dos trabalhadores na produção, exigindo mais do que nunca a captura integral da subjetividade operária (Alves & Antunes, 2007).

²⁷ A década de 1970 representou um período de intensa crise do capitalismo, sendo desencadeada pelo choque no preço do petróleo e pelo fim do padrão monetário baseado na relação de paridade entre o dólar e o ouro firmado na década de 1940.

²⁸ A Segunda Guerra Mundial que ocorrera entre 1939 e 1945 transformou profundamente o cenário econômico mundial conforme Camara, Silva e Burmann (2013), nesse processo, o Estado passou a ocupar um espaço de destaque na regulação da economia, e na construção dos Estados-nação e de uma nova noção de democracia.

²⁹ Conforme Garcia (1988) “A ideologia para Marx age como um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. Ela é resultante da prática social dos homens, representa as ideias dominantes de uma dada sociedade e de uma determinada época. Ela se generaliza, tomando as ideias da classe dominante como as ideias de todas as classes que compõem a sociedade. Portanto, gera a afirmação de que a classe dominante é a classe que detém o poder material. A ideologia é, portanto, segundo Marx, um instrumento de dominação. Coloca em questão o problema da consciência necessariamente falsa, que a própria prática do capitalismo exige, isto é, contrapõe a ideologia à realidade fetichizada. Há um vínculo da consciência às aparências da formação econômica. Não se chega - à essência das coisas. O fenômeno do capitalismo é tratado tal como aparece. Ele próprio necessita dessa falsa consciência para sobreviver” (p. 56).

O resultado desse amplo processo de elevação dos níveis de exploração e espoliação da classe trabalhadora, nos faz indagar as relações entre a nova organização do trabalho pós reestruturação produtiva e os processos de adoecimento e desgaste mental dos trabalhadores que se instala na vida dos trabalhadores a partir dos processos de precarização do trabalho e da vida social.

2.1 O toyotismo e a nova organização do trabalho pós reestruturação produtiva

A partir da crise estrutural do sistema capitalista que se instaura e de sua mundialização do capital (Chesnais, 1994), o chamado toyotismo tornou-se o que Alves (2007) denomina de ideologia orgânica do capital, isto é, uma “[...] amplitude de valores e regras de gestão da produção e de manipulação do trabalho vivo que sustentam uma série de inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas” (p. 156).

O toyotismo embora tenha sua gênese no Japão na década de 1950, vai para além de apenas um modelo japonês. No bojo da reestruturação produtiva e da mundialização do capital na década de 1980, o toyotismo adquire valor universal no capitalismo mundial, e “[...] a partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas” (Alves, 2007, p. 158).

O toyotismo tem suas origens no fordismo/taylorismo, e, antes de se aprofundar nas características e mediações que o circunscrevem, é importante se fazer algumas diferenciações entre este modo de organização do trabalho e da produção capitalista e o fordismo/taylorismo. Diferente do toyotismo, o fordismo e o taylorismo realizam a subsunção da subjetividade do operário apenas no plano formal, isto é, na linha de produção fordista/taylorista tal como explicitou Gramsci (1985) as operações produtivas ali envolvidas reduzem-se ao aspecto físico-maquinal.

Segundo Alves e Antunes (2004, p. 345), o fordismo apesar de instaurar uma sociedade racionalizada não incorporou à produção capitalista aspectos psicológicos tais como o toyotismo que busca desenvolver por meio de mecanismos de envolvimento operário, aprimorar o controle da subjetividade pelo capital.

O toyotismo é baseado nos princípios da produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção flexível diz respeito a adoção de dispositivos organizacionais como o *just*

*in time*³⁰ e o *kanban*³¹, que pressupõe a captura da subjetividade do trabalho pelo capital por meio do envolvimento pró-ativo dos trabalhadores. A produção flexível implica na forma de contratação salarial do perfil profissional e na adoção de novas tecnologias. Já a produção difusa implica na ampliação da terceirização³² e das redes de subcontratação (Bihl, 1998 *apud* Alves, 2007, p. 159).

Alves (2007) aponta como cerne essencial do toyotismo o engajamento estimulado do trabalho, principalmente o assalariado. É por meio dessa captura da subjetividade que o trabalhador consegue operar com eficiência os dispositivos organizacionais que envolvem a produção. Nesta fase do capitalismo a sua face manipulatória se mostra mais fortemente. Conforme Alves e Antunes (2004),

“Ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, com a produção capitalista, sob as injunções da mundialização do capital, exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, os impulsos desesperados – e contraditórios – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado)” (ALVES & ANTUNES, 2004, p. 345).

Ainda segundo Alves (2007),

“A preocupação fundamental do toyotismo é com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista, isto é, com a “captura” da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a “manipulação” do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, caracterizadas pelo princípio de “autonomia” e de “auto-ativação”, ou ainda, pelo *just-in-time/kan-ban*, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe, produção enxuta, os CCQ’s, programas de Qualidade Total, iniciativas de envolvimento do trabalhador” (ALVES, 2007, p. 247).

A lógica de organização do trabalho vivo do toyotismo atingem os empreendimentos capitalistas, nas indústrias, nas áreas de serviços, inclusive na administração pública. Mesmo

³⁰ Segundo Franca (2007), o *just in time* é um sistema de gerenciamento que se baseia no princípio de que todas as fases da produção, ou do circuito produtivo devem se desenvolver na mais perfeita sintonia, em que o seu funcionamento é condicionado pelo mercado, isto é, o que o mercado demanda é aquilo que será produzido (quantidade e modelo).

³¹ O *kanban* é um sistema que busca a eliminação das funções desnecessárias a produção, a redução de custos e o aumento da produtividade. É um procedimento de abastecimento de peças utilizando cartões acionados para comunicar a necessidade de determinado componente da produção (Franca, 2007).

³² A terceirização é uma das marcas e dos elementos que compõem o toyotismo. No que tange às empresas capitalistas, Gorz (2005:171) afirma que “[...] a firma pode se desincumbir, no que diz respeito a esses externos, de uma parte crescente do custo (do valor) de sua força de trabalho. Ela se desfaz, às expensas deles, dos custos da sua formação contínua, de seu seguro-saúde, de sua pensão. Ela compra seus serviços negociando o preço pela tarefa ou pelo tempo ocupado, põe-nos em concorrência uns com os outros, atribui-se a possibilidade de fazer variar fortemente o volume de trabalho que lhes demanda sem se preocupar com a duração do trabalho, sem ter de conceder licenças, contratar, indenizar.”

as áreas que não envolvem a produção de valores tendem a incorporar os valores do neoprodutivismo toyotista (Alves, 2007), demonstrando o espraiamento da nova ideologia orgânica do capital.

No Brasil, foi a partir da década de 1990 que o toyotismo atingiu os empreendimentos capitalistas no processo de reestruturação produtiva e da implementação do ajuste neoliberal, contribuindo para o desenvolvimento de novas formas de organização dos processos laborais e de exploração da força de trabalho.

A flexibilização torna-se a categoria central no contexto do capitalismo em crise, impondo além da perda de direitos trabalhistas, o aumento da exploração por meio do alto grau de sobretrabalho colocado para o contingente dos trabalhadores. O imperativo da flexibilização alarga também as taxas de desemprego no Brasil e no mundo, aprofundando as desigualdades sociais e o processo de precarização do trabalho.

2.2 Flexibilização e precarização do trabalho na contemporaneidade: algumas reflexões

O processo de mundialização do capital³³, incidiu fortemente o mundo do trabalho radicalizando a exploração e a precarização do trabalho que se apresenta como uma das causas da flexibilização do trabalho na fase atual do capitalismo que tem gerado exclusão social e precarização das condições sociais de vida. Partindo da centralidade do trabalho (Antunes, 2015) na contemporaneidade, para Machado, Giongo e Mendes (2016), “[...] a precarização social e do trabalho, nesse contexto, se apresenta como um processo multidimensional de institucionalização da instabilidade caracterizado pelo crescimento de diferentes formas de precariedade e de exclusão” (p.229).

Na era da acumulação flexível, da hegemonia do setor financeiro e da nova gestão do trabalho sob o toyotismo, a lógica do capital não se resume apenas ao mercado, mas impregna todos os âmbitos da vida social. Trata-se do que Druck (2011) chamou de rapidez inédita do tempo social, sustentado pela efemeridade e descartabilidade de tudo o que se produz e daqueles que produzem, dos homens e mulheres que vivem do trabalho, “[...] é isso que dá novo conteúdo

³³ Conforme Vieira (2010), a mundialização do capital caracteriza-se como um novo regime de acumulação capitalista e um novo patamar de internacionalização do capital. Como a autora, parte-se aqui da concepção de mundialização em detrimento do termo de globalização, alinhada à análise de Chesnais (1996). O autor refere que o termo global surge na década de 1980 e tem raízes nas grandes escolas americanas de administração de empresas. No entendimento de Chesnais (1996) terminologia globalização não tem nitidez conceitual, possuindo um forte fundo ideológico vinculado a defesa da lógica do mercado.

à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações” (Idem, p. 42). Conforme Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010),

“A precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho. Nas empresas se expressa em formas de organização pautadas no *just in time*, na gestão pelo medo, nas práticas participativas forçadas, na imposição sutil de autoaceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado. São processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social” (DRUCK, FRANCO & SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231).

Castel (1998), elenca a precarização do trabalho como elemento central da nova dinâmica do capitalismo criando um processo de vulnerabilidade social das condições sociais de estabilidade do trabalho hegemônico – sobretudo nos países centrais do capitalismo – da sociedade fordista. O que emerge no lugar é uma sociedade de desempregados e de empregados inseridos em formas cada vez mais precárias de trabalho.

As características desse processo é a ausência de vínculo trabalhista, a perda de direitos trabalhistas tais como referências de jornada de trabalho, descanso remunerado, ambientes salubres de trabalho, rebaixamento salarial e a fragilidade dos coletivos dos trabalhadores explicitado por ataques ferrenhos aos sindicatos. Machado, Giongo e Mendes (2016), observam que a precariedade do trabalho não consiste apenas na perda de direitos trabalhistas, mas também dos direitos sociais, fazendo com que a precariedade assuma uma dimensão social.

Alves (2007), faz uma diferenciação entre os conceitos de precarização e precariedade, em que a precariedade é uma condição inerente ao trabalho assalariado, e a precarização é o processo de atualização daquele. Para o autor,

“A precariedade e a precarização do trabalho no capitalismo tardio assumiu formas complexas, com a condição de proletariedade explicitando as dimensões contraditórias da individualidade negada e da genericidade humana impossível sob a ordem do capital. Tratar de precariedade e precarização do trabalho exige tratar de novas (e complexas) formas de estranhamento e fetichismo social, postas pelo capitalismo em sua fase de cooperação complexa e de mundialização do capital” (ALVES, 2007, p. 125).

No Brasil, o aprofundamento da precarização do trabalho se dá a partir da década de 1990 em contexto neoliberal de queda do emprego formal e dos salários. Como consequência desse processo há a fragilização da organização dos trabalhadores, por meio da flexibilização das relações trabalhistas. Iamamoto (2009), aponta para uma tendência de uma classe trabalhadora

polarizada, com uma parcela pequena de trabalhadores altamente qualificados com acesso a direitos sociais e trabalhistas, e um enorme contingente de trabalhadores desprotegidos, temporários e subcontratados.

“O renascimento das propostas neoliberais [...] tem resultado no desemprego massivo, no corte dos gastos sociais, acompanhado de uma legislação anti-sindical e em um amplo programa de privatização dos órgãos do Estado. [...] O aprofundamento das desigualdades e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado”. (IAMAMOTO, 2009, p. 34-35).

O resultado desse processo é a agudização das contradições e das desigualdades sociais no Brasil,

“[...] pois a tão falada globalização (enaltecida pelos neoliberais) só beneficiou os mais ricos, porque à imensa maioria do segmento populacional apenas sobrou o desemprego, a precarização no mundo do trabalho, a miséria, a ignorância e a fome, mas também as vulnerabilidades social e emocional a que estão expostos” (ATAÍDE, 2012, p. 342).

Druck, Franco & Seligmann-Silva (2010) e Seligmann-Silva (2011), discutem sobre o papel do Estado na precarização social do trabalho em várias partes do mundo inclusive no Brasil, onde empresas lucrativas foram liberadas de seus encargos sociais e encadearam o processo de subcontratações precarizadas, passando pela terceirização, e pelo trabalho domiciliar subcontratado, tudo isso com suporte legal.

O que se instala é uma sensação de insegurança generalizada, como se “[...] tudo que fosse sólido se desmanchasse no ar” (Berman, 1987, *apud* Alves, 2007, p 26). Iamamoto (2009) nos chama atenção para como esse processo ainda é chamado de “modernidade”, reforçando o caráter profundamente ideológico e manipulatório do capital no contexto de flexibilização do trabalho.

“A insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho [...] assume particularidades mais graves, visto que ao desemprego, resultante das novas tecnologias, soma se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir certa “máscara de modernidade” nesse país. (IAMAMOTO, 2009, p. 33).

É nesse contexto de profunda precarização do trabalho e da vida social explicitado pela perda de direitos trabalhistas, pela fragilidade na organização dos trabalhadores e pelas novas formas de gestão do trabalho por meio do ritmo acelerado, pressão para o alcance de metas, e

gestão pelo medo (Machado, Giongo & Mendes, 2016), que a saúde física e mental dos trabalhadores tem sido radicalmente afetada. Fazendo com que a flexibilização do trabalho promova a perda da razão social do trabalho, tornando-se um dos fatores centrais na geração de adoecimento.

2.3 Trabalho, adoecimento e desgaste mental

O mundo do trabalho mundializado estruturado pela lógica da acumulação de capital e lucro tem levado ao aumento da perda da razão social do trabalho (Druck, Franco & Seligmann-Silva, 2010), transmutando o trabalho em sua essência emancipadora do ser social, tolhendo as possibilidades do trabalho como meio de desenvolvimento das potencialidades humanas. A disseminação da precarização do trabalho socialmente desagregador, torna-se terreno fértil para o sofrimento e o adoecimento dos sujeitos (Idem).

“A perda da razão social do trabalho tem como ressonância a perda do sentido do trabalho. E é esta perda de sentido que: a) constitui o cerne das formas de desgaste mental originadas pela metamorfose se perversa da organização do trabalho; b) consubstancia formas de desgaste mental que conduzem às depressões e ao *burnout*, além de atuar poderosamente na patogênese de outros transtornos psíquicos e psicossomáticos” (DRUCK, FRANCO & SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 240).

Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010), apontam em seu ensaio, as dimensões que envolvem o fenômeno da desestabilização do trabalho pós reestruturação produtiva, entre elas está o processo de precarização da saúde dos trabalhadores: destacam a incidência marcante na saúde mental, que é indissociável da saúde como um todo, nesse sentido “[...] trata-se da fragilização – orgânica, existencial e identitária – dos indivíduos pela organização do trabalho com intensificação da multiexposição” (Idem, p. 232).

No que tange o Brasil, de acordo com dados o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dos 166, 4 mil auxílios-doença concedidos em 2014, cerca de 15, 2 mil são por agravos à saúde mental. Segundo o Ministério da Previdência Social a depressão estava no topo entre os agravos com mais de 5,5 mil casos (Brasil, 2014). A fragilização da saúde mental dos trabalhadores no Brasil é acrescida das limitações das empresas em relação aos Serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMTs) em nome de uma equivocada contenção de custos, evidenciando o menosprezo nos investimentos em saúde e segurança, revelando uma negação do valor da proteção da saúde, do trabalho e da vida (Druck, Franco & Seligmann-Silva, 2010).

Em uma sociedade em que o trabalho ocupa um espaço/tempo central na vida, no âmbito social e individual, a precarização do reconhecimento social do trabalho dificulta o processo de construção das identidades sociais e coletivas dos sujeitos, tornando o estranhamento/alienação do trabalho mais complexo (Antunes, 2015; Druck, Franco & Seligmann-Silva, 2010). Faz-se necessário apreender que, com a nova gestão do trabalho, impõe-se um ritmo acelerado de trabalho que entra em embate direto com os biorritmos individuais gerando acidentes e adoecimento como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER³⁴) e transtornos mentais ocasionados pela sobrecarga de trabalho e pelo estresse.

Uma série de transtornos mentais tem sido reconhecidos nos estudos da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT), e suas implicações mútuas de violência imbuída na precarização do trabalho, com destaque para a violência psicológica que pode acontecer esporadicamente ou em situações de conflito gerando mal-estar e ansiedade nos indivíduos. Entre eles está a depressão, o esgotamento profissional (*Bornout*³⁵) e a dependência de bebidas alcoólicas, drogas ilícitas e psicotrópicos.

Vale assinalar as mediações e resistências que circundam os transtornos mentais relacionados ao trabalho como as defesas psicológicas individuais e coletivas, suportes institucionais, proteção aos direitos sociais, e movimentos sociais e políticos. Estudos como o de Silveira (2003) tem demonstrado como “[...] as resistências efetivadas através de enfrentamentos coletivos das condições adoecedoras, ao mesmo tempo que mobilizam conscientização e solidariedade, potencializam o polo da vitalidade” (Druck, Franco e Seligmann-Silva, 2010, p. 240).

Werlang e Mendes (2013), a partir dos estudos de Bourdie (1997), Castel (1998) e Dejours (2006,2012) discutem acerca do sofrimento social analisando-o enquanto processo referenciado na precariedade dos espaços de vida, incluindo o trabalho, definindo assim o sofrimento social, que se instala nas zonas de precariedade, implicando a perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, vínculos sociais.

³⁴ As LER são as patologias do trabalho que mais têm se agravado em todo o mundo, crescendo em forma epidêmica (Rocha, 2008). Conforme essa autora, a aceleração e ampliação do número de casos de LER se dão por duas principais razões: os aspectos psicossociais (que servem como catalisadores entre o adoecimento ou não); e, a substituição do uso da força muscular pelo esforço físico leve exigido pela automação e repetido em alta velocidade pelas mãos e dedos principalmente, ao mesmo tempo em que exige uma postura estática dos outros segmentos corporais.

³⁵ A síndrome de Burnout apresenta-se como desdobramento do processo de intensificação do trabalho pós reestruturação produtiva. As suas principais características são: diminuição gradual da energia; perda da motivação e do comprometimento; sintomas psíquicos e de caráter; esgotamento físico e psíquico (Rocha, 2008).

Dejours (2012) analisa o trabalho como processo gerador de sofrimento e ao mesmo tempo de prazer. Para o autor, o trabalho exerce um impacto sobre o aparelho psíquico, gerando sofrimento. Na maioria das vezes não é possível modificar as tarefas que o trabalhador executa e nem alterar seu conteúdo ocasionando ao sujeito uma insatisfação. A partir das vivências operárias típicas do taylorismo, Dejours (2012) identificou que a indignidade, o sentimento de inutilidade, a desqualificação e o esvaziamento do conteúdo significativo do trabalho são potencialmente elementos geradores de vivências depressivas.

O autor investiga a relação direta entre o aparelho psíquico e a nova organização científica do trabalho pós crise do sistema fordista/taylorista. Para Dejours (2012) com o desenvolvimento industrial-tecnológico, a carga física do trabalho diminui, e novas condições são estabelecidas acentuando-se a dimensão mental do trabalho.

Bourdieu *apud* Werlang e Mendes (2013), contribui para a discussão que envolve o sofrimento por meio dos estudos em que discute a reestruturação produtiva ou industrial e da nova pobreza que emerge nesse processo. Para o autor, no campo das Ciências Sociais, seria difícil reconhecer os sinais do mal-estar que se vive na contemporaneidade, tendo em vista que eles não estão necessariamente evidentes. Bourdieu se refere às violências inerentes às estruturas sociais e econômicas protagonistas de muitas “pequenas misérias” no interior dos grupos sociais em que as experiências são vividas e percebidas. A partir destas contribuições Werlang e Mendes (2013), apontam o vínculo estabelecido entre o social e as questões individuais.

“Para Bordieu, a maioria dos mecanismos econômicos e sociais que está na origem dos sofrimentos mais cruéis não é fácil de ser descontinuada ou transformada. A realidade social é tensa e densa, complexa e geradora de situações de pobreza, miséria, frustração. A realidade social seria, assim, vista como atroz com todos aqueles que desconhecem suas regras de funcionamento. Seria perversa com todos aqueles que chegaram tarde, que não se empenharam, uma vez que o espaço dos vitoriosos é estreito, fechado, estando sob vigilância e exigindo sacrifício daqueles que ali desejam estar. Entre este sacrifício encontrar-se-ia, inclusive, a possibilidade da autodestruição.” (WERLANG & MENDES, 2013, p. 747).

Clot (2008) analisa como eixo central da dinâmica que origina a depressão relacionada ao trabalho na contemporaneidade a perda de reconhecimento. As incertezas em tempos de precariedade generalizada, injustiças e a imposição direcionadas à violação de princípios e valores éticos, promovem nos sujeitos o empobrecimento e o esvaziamento do significado do trabalho.

Freudenberger (1974), analisou a síndrome a qual ele denominou *burnout*³⁶, ou o esgotamento profissional, consequência da decepção e da perda de interesse pela atividade de trabalho que surge principalmente entre profissões que trabalham em contato direto com pessoas e com a prestação de serviços. Conforme Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010), a síndrome de *burnout* apresenta-se principalmente nos trabalhos de natureza social, como no ensino, na saúde e na assistência social.

“No esgotamento profissional ou *burnout*, a crise ocorre diante do desmoronamento não apenas de uma visão idealizada de si mesmo e de uma missão (como dizia Freudenberger), mas também pela percepção de que foi abalado o caráter ético que dava sentido às atividades realizadas” (DRUCK, FRANCO & SELIGMANN-SILVA, 2010, p.241).

Em contextos de trabalho precário, evidencia-se o fenômeno do presenteísmo (Druck, Franco e Seligmann-Silva, 2010), em que muitos assalariados mesmo adoecidos criam mecanismos psicológicos de autonegação dos agravos à sua saúde, e não revelando seus sintomas por medo de perder o emprego. Segundo Seligmann-Silva (2011), a autorrepressão dos sentimentos e emoções, que são derivados da impotência vivida no trabalho precarizado e dominado, e a partir do isolamento social, novas vivências de sofrimento psíquico poderão dar lugar a desdobramentos patológicos.

O conceito de desgaste mental formulado por Seligmann-Silva (2011) nos permite analisar a correlação desigual entre os poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador e essas forças que incidem no processo biopsicossocial saúde/doença, como “[...] uma correlação de poderes e força em que o executante do trabalho se torna perdedor” (p. 135). A autora afirma ainda acerca do desgaste:

“Nas interseções entre processo de trabalho e processo saúde-doença, determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como desgaste” (Idem, p. 136).

Edith Seligmann-Silva constrói esse conceito a partir das contribuições da médica e socióloga Asa Cristina Laurell que foi uma das precursoras do conceito de desgaste que se tornou central para o entendimento do adoecimento dos trabalhadores, conceito esse, construído tendo como base o materialismo histórico-dialético. Laurell e Noriega (1989) definem o que eles chamam de desgaste operário como “[...] os elementos que interatuam dinamicamente entre

³⁶ A síndrome de *burnout*, Apesar de não constar como diagnóstico da CID-10 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1992), faz parte, no Brasil, da lista de 12 transtornos mentais relacionados ao trabalho que se tornou oficial a partir da Portaria nº 1.339 /1999 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001).

si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (p. 110).

Conforme Seligmann-Silva (2015), o desafio metodológico posto a esta abordagem, é construir uma forma de pensar interdisciplinar que combata reducionismos e que construam estudos e pesquisas que levem à formulação de políticas públicas. Vicente (2015), analisa a partir dessa perspectiva a questão dos afetos, mais especificamente o sofrimento. A autora considera o sofrimento como processo implicado no desgaste mental. Faz-se importante assinalarmos que o desgaste humano relacionado ao trabalho, segundo Seligmann-Silva (2011) tenderá a ser mais grave em situações de pobreza e desigualdade social, e em condições de vida precária, em relação ao contexto nacional de respeito aos direitos humanos fundamentais e à cidadania (Renault, *apud* Seligmann-Silva, 2011).

As situações de trabalho associadas a frustrações sucessivas acumulam experiências de sofrimento social que progressivamente vão minando as perspectivas do futuro dos sujeitos. As vivências de sofrimento social no âmbito do trabalho estão conectadas à sua forma de gestão e organização.

Seligmann-Silva (2011) indaga: “[...] em termos de desgaste, os fenômenos que ocorrem na interação trabalho-esfera metal? A ideia de “corpo consumido” pode ser transferida para a de “mente consumida”? (p. 138). A autora analisa o fenômeno da expropriação associado ao desgaste a partir das contribuições de Jervis (1979), onde o autor analisa como as relações interpessoais dentro do sistema capitalista são *reificadas*³⁷, isto é, são relações coisificadas, reduzidas a objetos, em que as pessoas inseridas no processo de produção são despojadas de sua essência humana.

“Temos, assim, outra vertente de análise, quando consideramos a forma pela qual a situação de trabalho dominado/explorado atua poderosamente sobre o trabalhador enquanto pessoa dotada de subjetividade, que modula relações e usos pessoais do tempo, do espaço, dos próprios gestos e pensamentos. Este seria o “trabalhador por inteiro”, que estaria exposto a ser expropriado de componentes importantes de sua subjetividade, no interior daquelas situações em que a sujeição é intensa – o que costuma ocorrer em conjunturas nas quais as relações de forças capital-trabalho desfavorece particularmente este último” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p 139).

³⁷ Crocco (2009) traz o termo no original tal como cunhado por Marx, onde *Verdinglichung* é o termo alemão que guarda em sua tradução o sentido latino de RES (coisa), que poderia ser tomado como coisificação. Ver também sobre a reificação na sociedade capitalista Netto (1981) e Lukács (1989).

Os três níveis em que o desgaste mental relacionado ao trabalho (Seligmann-Silva, 2011) são caracterizados como: I) Quadros clínicos que correspondem a um desgaste orgânico, como por exemplo, um dano cerebral pela ação destrutiva de substâncias neurotóxicas, ou de produtos tóxicos que destroem ou prejudicam o sistema nervoso; II) Variações de mal-estar, fadiga mental e física³⁸, isto é alterações psicológicas e fisiológicas que podem ser transitórias ou cumulativas; III) Desgastes que afetam a subjetividade, atingindo a identidade do trabalhador por meio do ataque à dignidade e/ou à corrosão dos valores e do caráter (Sennet *apud* Seligmann-Silva, 2011).

Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010), nos indicam o caminho de algumas práticas de enfrentamento a precarização do trabalho e aos processos deletérios do capital sob a saúde dos trabalhadores. As autoras são enfáticas ao afirmarem que a precarização do trabalho é construção histórica e por isso pode ser modificada, passando pela necessidade de se civilizar o mundo do trabalho por meio da prevenção em diversos níveis e pela sua tradução em políticas públicas.

A legislação trabalhista sob constante ameaça de um Estado cada vez mais curvado ao neoliberalismo com a face de uma pretensa “modernização”, precisa ser defendida e ampliada de modo a favorecer os trabalhadores e não apenas o empresariado. Faz-se necessário resgatar a função social do trabalho impedindo a terceirização ilegal e antissocial que serve apenas aos interesses de cooperativas de explorar a força de trabalho a baixos custos.

“As perspectivas de solidariedade entre desempregados, terceirizados e todos aqueles que vivem do trabalho precisam ser resgatadas – reduzindo as barreiras entre sujeitos coletivos que atuam em defesa dos direitos sociais – para afirmar uma razão social do trabalho” (DRUCK, FRANCO & SELIGMANN-SILVA, 2010, p 244).

É de suma importância enfrentar a precarização do mundo do trabalho com a expansão do emprego protegido favorecendo o real pertencimento social e o fortalecimento das organizações políticas dos trabalhadores como os sindicatos, que ajudam a construir redes coletivas de enfrentamento aos levantes do capital. Enfrentar também o empobrecimento e o desemprego como forma extrema de precarização e geradora de adoecimento mental (Druck, Franco & Seligmann-Silva, 2010). As autoras apontam ainda para a mudança de cultura nos ambientes de trabalho banindo agente químicos agressivos ao ser humano e ao conjunto do meio ambiente.

³⁸ A fadiga mental conforme Seligmann-Silva (2011), é indissociável da fadiga física. A expressão “cansaço geral” é atualmente adotada, por mais que conforme a situação de trabalho haja uma fadiga predominantemente mental ou física.

A precarização do trabalho contemporâneo e os processos deletérios à saúde física e mental dos trabalhadores, causados pela organização do trabalho sob os moldes toyotistas que afetam o conjunto da classe trabalhadora também incidem sobre a categoria dos assistentes sociais que é o objeto deste estudo. No próximo capítulo analisou-se esse processo a partir de alguns estudos e análises do trabalho do assistente social e a sua relação com o desgaste mental e o adoecimento.

CAPÍTULO III

ASSISTENTES SOCIAIS EM PROCESSO DE ADOECIMENTO E DESGASTE MENTAL

*“Tinha medo não. Tinha era cansaço de
esperança.”*

João Guimarães Rosa

Grande Sertão Veredas

Neste capítulo retoma-se o esforço teórico apontado nos capítulos anteriores de analisar algumas dimensões dos processos de flexibilização e precarização do trabalho e como elas incidem no trabalho da/do assistente social, gerando adoecimento e desgaste mental. Num primeiro momento apontar-se-á como a precarização do trabalho reverbera nas condições de trabalho das/dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais que se inserem como trabalhador assalariado.

Nesta direção, busca-se as condições específicas da/o trabalhadora/or assistente social, e como elas se conectam com as condições gerais dos trabalhadores no capitalismo contemporâneo sob a égide neoliberal de ataques constantes aos direitos sociais e de diminuição progressiva dos recursos destinados às políticas sociais, fato que afeta diretamente a categoria das/dos assistentes sociais, tendo em vista que é nessas políticas que esses profissionais atuam majoritariamente.

A realidade do desemprego, do aumento da carga de trabalho, dos baixos salários, das condições precárias de trabalho, circunscreve a profissão. A precarização do trabalho do assistente social conforme Davi *et al* (2015), abrange desde as formas de contratação sem a realização de concurso público ou por prestação de serviços até o cumprimento de metas de produtividade, perpassando as excessivas jornadas de trabalho, o acúmulo de funções e a exigência de múltiplas capacitações para trabalhar em diferentes áreas.

A partir do referencial teórico analisado, parte-se da hipótese que as condições precárias e flexibilizadas de trabalho do assistente social, incidem negativamente na saúde psíquica desses profissionais. Os intensos desafios postos no cotidiano do trabalho das/dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais são potencialmente geradores de sofrimento, adoecimento e de desgaste mental (Vicente, 2015). E é nessa direção que construiu-se as análises que aqui se apresentam.

3.1 Os impactos da precarização do trabalho no trabalho das/dos assistente social

O mundo do trabalho é uma das dimensões centrais da vida social. Por isso faz-se necessário aprofundar os debates no interior do Serviço Social acerca dos desafios postos ao fazer profissional da/do assistente social e os impactos das ofensivas do capital sobre a categoria. O cenário mundializado do capital e as novas formas de gestão e configuração do trabalho pós reestruturação produtiva desde a década de 1990, vem promovendo intensas transformações na vida dos trabalhadores, e isso não foi diferente para a categoria das/dos

assistentes sociais. Mesmo com poucas pesquisas amplas recentes, as tendências identificadas pelas investigações realizadas ainda no começo dos anos 2000 da profissão, revelam que a *situação de trabalho*³⁹ das/dos assistentes sociais segue a direção geral do trabalho na contemporaneidade.

Pesquisa realizada em 2005 pelo conjunto CFESS/CRESS em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sobre o perfil profissional das/dos assistentes sociais no Brasil, verifica-se as hipóteses levantadas acerca das condições precárias de trabalho das/dos profissionais de Serviço Social. Conforme os dados 78, 16% das/dos assistentes sociais no país encontram-se inseridos em espaços sócio-ocupacionais nas instituições públicas de natureza Estatal. Desses apenas 55,68% possuem vínculo estatutário, demonstrando que o processo de precarização também atinge o setor, em especial no âmbito municipal. Ainda, 40 97% das/dos assistentes sociais estavam inseridos nos espaços sócio-ocupacionais no âmbito municipal, 24% no âmbito estadual e apenas 13,19% no âmbito federal, reafirmando a tendência iniciada na década de 1990 de descentralização das políticas sociais do âmbito federal para o municipal⁴⁰.

As análises de Delgado e Aquino (2014) reforçam a tendência de maior inserção de assistentes sociais na política de assistência social⁴¹ no âmbito municipal, tal como a realizada em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, entre março de 2008 e julho de 2009, com o total de 989 assistentes sociais formados entre os anos de 2003 e 2007. Delgado e Aquino constataram que “[...] o Estado, no âmbito municipal, tem sido o principal responsável pelos baixos salários pagos aos assistentes sociais” (2014, p. 103). A medida que a implementação do SUAS no âmbito municipal aumentou os postos de emprego para as/os assistentes sociais, também é um dos responsáveis pelas relações de trabalho precarizadas e mal remuneradas. Essa análise coaduna com os resultados da pesquisa de Santos (2014) que desvelou as condições de trabalho das/dos assistentes sociais na política de Assistência social nos municípios com até 20.000 habitantes no interior do Rio Grande do Norte. As/os assistentes sociais convivem com a

³⁹ Conforme Seligmann-Silva, se trata do “[...] conjunto complexo que inclui as condições físicas, químicas e biológicas do ambiente do trabalho; os aspectos técnicos; a organização prescrita e a caracterização dos canais formais de comunicação e das relações interpessoais” (Seligmann-Silva, 2011, p. 255).

⁴⁰ Os postos de trabalho das/dos assistentes sociais aumentaram gradativamente a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2005 que municipalizou as ações da área. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2005 até 2009, foram criados 5.142 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros 1.434 Centros de Referência Especializados (CREAS), representando um salto no número de assistentes sociais inseridos mercado de trabalho.

⁴¹ Ver também as análises de Raichelis (2010) e Paz (2015) sobre a precarização do trabalho da/do assistente social na política de assistência social.

tendência geral da classe trabalhadora de baixos salários tal como demonstrado pelas pesquisas de Vasconcelos *et al.* (2018), do CFESS (2005) e de Delgado (2010).

Conforme a pesquisa do CFESS (2005), 50, 70% das/dos assistentes sociais trabalhavam no regime de 40 horas semanais. Um importante avanço nesse sentido, foi a aprovação da Lei nº 12.317/2010 que alterou o artigo 5º da Lei de Regulamentação Profissional, e que garante a jornada de trabalho para as/os assistentes sociais de 30 horas semanais sem redução salarial em todos os espaços sócio-ocupacionais seja no âmbito público ou privado. A aprovação da lei foi resultado dos esforços empenhados pelo conjunto CFESS/CRESS desde 2007, na luta contra a precarização do trabalho das/dos assistentes sociais. Em conjunturas de regressão dos direitos trabalhistas a Lei 12.317/2010 contribui para a melhoria das condições gerais de trabalho não apenas das/dos assistentes sociais, mas soma-se à luta geral dos trabalhadores por direitos.

A pesquisa realizada por Vasconcelos *et al.* (2018) sobre a situação das/dos egressas/os do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) no período de 2007 a 2012, demonstra que os profissionais convivem com a limitação de recursos nos espaços institucionais que estão inseridos, além disso, reafirma que o mercado de trabalho para a categoria é marcado por formas de trabalho instáveis, baixos salários, e más condições de trabalho e de saúde.

Conforme os dados levantados na referida pesquisa, as relações de trabalho são diversificadas, sendo que 44,4 % trabalham sob o regime estatutário, e 14,8% são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre o público pesquisado é significativo o número de profissionais com vínculos instáveis de contratação, em que 33,4% trabalham mediante contratos temporários, sendo que 3,7% foi contratada mediante indicação, e 3,7% por meio de pregão, o que demonstra que as/os assistentes sociais convivem com formas bastante precárias de vínculo empregatício.

Embora a pesquisa trate principalmente das/dos assistentes sociais que foram recentemente contratadas, é importante pontuar que essas contratações ocorrem de forma mais restrita. Há que se dizer que existe um enorme contingente de assistentes sociais que não se inserem no mercado de trabalho, isso reflete diretamente na insuficiência ou inexistência destes profissionais nos espaços sócio-ocupacionais, o que ocasiona uma sobrecarga de trabalho para aquelas/es que estão contratadas/os, impactando negativamente na assistência prestada às populações usuárias (Vasconcelos *et al.*, 2018).

Delgado (2010) demonstra como a precarização dos postos de trabalho da/do assistente social em especial para quem busca a primeira oportunidade de emprego, pois para as/os jovens

profissionais há a ampliação da precarização dos contratos de trabalho que se manifesta nos contratos temporários, ausência de vínculos empregatícios e na inserção como profissional autônomo⁴², além do próprio desemprego, o que segue a tendência do país⁴³.

Os dados da pesquisa de Vasconcelos *et al.*, (2018) corroboram com os dados do CFESS (2005), e reafirmam uma marca histórica do Serviço Social de composição majoritariamente feminina da categoria. Foi identificado que 96,4% das/dos profissionais em exercício profissional são do sexo feminino. Cisne (2012), analisou esse processo presente no Serviço Social onde,

“Esse processo é resultante de uma sociedade patriarcal que institui hierarquicamente o que é trabalho/atividade de homens e de mulheres. Por isso, a divisão sexual do trabalho e todas as habilidades, qualidades e características a ela associadas como naturalmente pertencentes aos sexos, deve ser analisada como construção histórica com a nítida reprodução da desigualdade de gênero associada a interesses dominantes” (CISNE, 2012, p. 49).

Vasconcelos *et al.* (2018), reforça que essa é uma das explicações para a baixa valorização da profissão no mercado de trabalho em termos de remuneração salarial entre outros aspectos, pois conforme a autora “[...] a sociedade brasileira machista-patriarcal concede ao gênero masculino uma posição de superioridade e domínio sobre o feminino” (p. 723). Iamamoto (2009) também analisa como a condição feminina da profissão implica na imagem social da mulher quanto as discriminações impostas a ela no mercado de trabalho com níveis de remuneração e renda inferiores em relação a dos homens e com maior índice de desemprego.

Em relação à remuneração da categoria, as análises do CFESS (2005) e de Ramos *et al.* (2008) confirmam a tendência de achatamento dos salários que enfrentam o conjunto das classes trabalhadoras e também as/os assistentes sociais. Ainda conforme o CFESS (2005) o maior índice de baixos salários para a categoria se encontra na região Nordeste, destaque para o âmbito municipal e em especial para as/os assistentes sociais que trabalham na política de assistência social. Uma das iniciativas da categoria nessa direção, é a luta que vem sendo travada na última década pelo conjunto CFESS/CRESS, pela aprovação do Projeto de Lei 5.278/2009 que define o piso salarial para a categoria, o que impactaria de forma positiva nas condições de trabalho das/dos assistentes sociais.

⁴² Alves (2007) chama atenção para o capitalismo pós reestruturação produtiva gerou uma parcela de trabalhadores ditos “autônomos”, supostamente “livres”, mas que não deixam de ser elementos compositivos do controle sócio-metabólico do capital.

⁴³ Cacciamalli e Tatei (2017) em seu ensaio analisa os impactos do desemprego e da informalidade sobre a renda dos jovens e suas repercussões.

Outra face dos processos deletérios do capital sobre as/os assistentes sociais é a exigência da capacitação e da requalificação constante. Conforme Alves (2007), a lógica do capital mundializado relegou aos trabalhadores a máxima da empregabilidade, onde

“[...] a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho”. (ALVES, 2007, p. 253).

Embora o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), tenham um compromisso com a formação continuada das/dos assistentes sociais, tendo como direção o fortalecimento da categoria e do Projeto Ético-Político da profissão, Vasconcelos *et al.* (2018) destaca uma outra dimensão desse processo em que,

“[...] tal exigência não tem sido acompanhada do compromisso dos espaços socioinstitucionais em apoiar a formação contínua das/os trabalhadoras/es, fazendo com que, muitas vezes, esta/es assumem individualmente os custos de sua formação continuada e o tempo dedicado a estas atividades extrapole sua jornada de trabalho, podendo também interferir na saúde destes sujeitos devido à sobrecarga” (VASCONCELOS, *et al.*, 2018, p. 728).

Um das manifestações do sucateamento das políticas públicas sob a égide neoliberal é o investimento insuficiente nos espaços socioinstitucionais. Aos profissionais o que se coloca é a ausência dos mínimos para se trabalhar. Falta de materiais diversos, locais inadequados para realização de atendimentos, entre outros. As análises de Faermann e Mello (2016), Manfroi *et al.* (2011), Peixoto e Teixeira (2007) e Vasconcelos *et al.* (2018) reafirmam essa realidade.

A resolução 493/2006 do CFESS dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional da/do assistente social. Em seu art. 1º afirma que “[...] é condição essencial, portanto, obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência do espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer” (CFESS, 2006). Ainda, a mesma resolução prevê, no art. 3º, que “[...] o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo”, o que reafirma que as condições físicas do local de trabalho da/do assistente social são quesitos imprescindíveis para o cumprimento da exigência ética do sigilo profissional. Infelizmente, mesmo com as bases jurídicas que sustentam o exercício profissional, as/os assistentes sociais em seu cotidiano se deparam com a falta de condições mínimas para a efetivação de seu trabalho.

Essa dimensão da precarização do trabalho da/do assistente social é o que Santos e Manfroi (2012) designam *precarização ética*. Isto é, os processos engendrados na

contemporaneidade que impedem as/os profissionais de Serviço Social de efetivarem seu trabalho junto às populações usuárias na direção do fortalecimento, ampliação e garantia dos direitos sociais.

Diante do exposto, avançar-se-á na direção de analisar as conexões entre as condições de trabalho da/do assistente social inseridas/os no marco das transformações societárias e os seus possíveis rebatimentos no adoecimento e desgaste mental desses profissionais.

3.2 Adoecimento e desgaste mental de assistentes sociais: uma análise

As implicações da mercantilização da força de trabalho especializado das/dos assistentes sociais na sociedade contemporânea ainda merece um maior aprofundamento na literatura profissional. Nesta direção, a discussão da temática do adoecimento e desgaste físico e mental desses profissionais faz-se importante para que se avance na direção da luta por melhores condições de trabalho que atravessa não só a categoria das/dos assistentes sociais, mas de toda a classe trabalhadora.

Um dos mais amplos estudos sobre o desgaste mental que acometem as/os assistentes sociais foi a pesquisa realizada por Vicente (2015) em sua tese de pós-doutorado, onde a autora analisa como as formas de organização e gestão do trabalho de assistentes sociais com as políticas sociais na atual fase do capitalismo contemporâneo são potencialmente geradoras de desgaste mental. A pesquisa realizou-se com assistentes sociais na política habitacional na região metropolitana de São Paulo -SP.

Vicente (2015) recupera a formulação de desgaste mental cunhado por Seligmann-Silva (2011), que nos permite analisar como esse fenômeno se processa na vida dos trabalhadores (vide capítulo II) e, particularmente, na vida das/dos assistentes sociais. Conforme a autora, o modelo de gestão do trabalho construído na política habitacional em São Paulo, permite a contratação de assistentes sociais por intermédio de concurso público, ou por meio das gerenciadoras sociais, empresas terceirizadas pelo poder público com piores condições de salário, jornada de trabalho e direitos. Vicente (2015) ressalta que essas formas de contratação impactam nas relações de trabalho e nos significados atribuídos pelas/os profissionais, configurando-se “trabalhadores(as) de primeira e segunda categorias” (Vicente, 2015, p. 570).

Alguns dos conteúdos extraídos dos dados por Vicente (2015) em sua pesquisa revelam processos que desencadeiam e agudizam o desgaste mental das/dos assistentes sociais, conforme a autora:

Constrangimentos éticos-políticos: As/os assistentes sociais constantemente em seu cotidiano convivem com as necessidades dos usuários com quem trabalham diretamente e com os interesses dos empregadores, onde o que está em jogo são interesses de ordens diversas. O Serviço Social enquanto profissão pauta sua atuação em seu Código de Ética seu em s projeto ético-político, em que apontam uma direção clara de defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Quando assistentes sociais se veem trabalhando na remoção de populações de seus locais de moradia como na situação da referida pesquisa, e por vezes violando direitos, segundo Vicente (2015), “[...] a integridade dos profissionais fica atingida, ocasionando isolamento, desconfiança, medo, perda dos significados do trabalho” (Vicente, 2015, p. 571). Sobre esse processo, Seligmann-Silva (2011), analisa a dimensão *ética* do desgaste e das de precarização do trabalho e, segundo a autora trabalhadores impedidos de serem éticos adoecem.

Assédio moral: o assédio moral sofridos pelas assistentes sociais⁴⁴ entrevistados por Vicente (2005), é uma das formas de ferir a dignidade profissional de modo sistemático e deliberado visando excluir, desqualificar profissionalmente e desestabilizar emocionalmente pelos motivos mais diversos. O assédio moral é perpetrado comumente por pessoas em cargos de chefia com o intuito de desprestigiar ou provocar demissão. Frente à realidade do assédio moral nos ambientes de trabalho, em 2011 o CFESS lançou um manifesto denominado “Assédio moral nas relações de trabalho”, onde o organismo reconheceu os efeitos danosos do assédio moral nas relações profissionais e sociais bem como à saúde das/dos assistentes sociais.

Nesse sentido, o assédio moral se tornou no mundo do trabalho atual uma forma de gestão do trabalho, e segundo Vicente (2015):

“O uso do assédio moral como uma estratégia de gestão, no atual momento de aprofundamento da exploração do trabalho pelo capital, visa impedir que o(a) trabalhador(a) se pronuncie, questione, denuncie, exija garantias de direitos e, no limite, objetiva que o(a) trabalhador(a) peça transferência ou demissão. Outro importante objetivo da prática do assédio moral é impedir a articulação e a solidariedade entre trabalhadores(as)” (p. 571).

Intensificação do trabalho: no caso das assistentes sociais contratadas pelas gerenciadoras sociais o que se faz presente é a gestão por resultados, onde a jornada extensa de trabalho é realizada sem o pagamento de horas extras e sem a possibilidade da construção de um “banco de horas”, o que segundo Vicente (2015) é uma forma dos empregadores não pagarem horas extras, adicionais noturnos etc. A realidade da intensificação e superexploração do

⁴⁴ Destaca-se também a pesquisa de Silva (2014) sobre o assédio moral sofrido por assistentes sociais.

trabalho já foi abordada no tópico anterior e permeia os processos de trabalho do assistente social em todos os espaços sócio-ocupacionais.

O trabalho com as expressões da questão social: a natureza dos processos de trabalho dado assistente social tensões e contradições advindas da própria divisão social do trabalho, e do caráter político determinado pela direção contra hegemônica do projeto profissional do Serviço Social na busca pela garantia e efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

“Sabemos que o trabalho com as expressões da questão social é penoso. Assistentes sociais, ao se depararem com indivíduos, famílias e populações em situações de intensa privação e de violação de direitos, ficam expostos(as) a riscos de ordem objetiva e subjetiva, bem como aos mecanismos da alienação.” (VICENTE, 2015, p. 574).

O assistentes sociais que trabalham na política de habitação na referida pesquisa, deparam-se em seu cotidiano profissional a precariedade das condições de moradia, exigindo a retirada de famílias e populações inteiras de suas moradias, o que implica na perda de seus espaços de sociabilidade, onde conforme Vicente (2015), frequentemente são requisitados assistentes sociais para desenvolver trabalhos que exigem firme direção ética, caso contrário essas ações ocorrerão na direção oposta aos direitos da população.

Conforme Vicente (2015), as determinações da gestão do trabalho e das condições objetivas de trabalho gera uma série de agravos à saúde das assistentes sociais. Algumas das manifestações do desgaste mental das assistentes sociais são: a) *distúrbios do sono* (pesadelos e insônia): segundo a pesquisa, surgiram principalmente nos momentos de iminência de assédio moral e ao presenciar violações de direitos; b) *sentimento de impotência*: presenciar violações de direitos e o assédio moral de que foram vítimas incidiram fortemente em sua autoestima, pois segundo a autora desqualificavam suas competências éticas e suas potencialidades; c) *depressões*: o termo “depressão” é comumente utilizado no cotidiano das profissionais e pode traduzir uma profunda tristeza e o esvaziamento das energias para prosseguir com a vida; d) *fadiga*: esgotamento físico e mental com a sensação permanente de cansaço, o que implica diretamente nas capacidades intelectuais necessárias ao trabalho realizado.

As condições objetivas em que se realizam o trabalho das/dos assistentes sociais, em contextos de superexploração, incidem diretamente nos processos de saúde/adoecimento⁴⁵ dessas/es trabalhadoras/es. Assim, Raichelis (2011) afirma:

“Em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e

⁴⁵ O processo saúde/doença é compreendido como a interação entre múltiplos fatores sendo eles de ordem biológica, social, econômica, política, e influenciadas pelas condições de trabalho e sociabilidade dos indivíduos.

regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho” (RAICHELIS, 2011, p. 421).

A pesquisa realizada por Faermann e Mello (2016) com assistentes sociais na cidade de Taubaté-SP também revela a relação direta entre as condições precárias de trabalho nas políticas sociais e o processo de adoecimento desses profissionais. Um dos relatos de uma entrevistada demonstra um processo para o qual as autoras chamam atenção, em que o trabalho da/do assistente social no estágio atual do capitalismo tem se conformado pela lógica da fragmentação e da procedimentalização presente nas políticas sociais, as autoras reiteram “[...] há uma tendência à focalização da análise e da atuação profissional nos particularismos da realidade social, em detrimento da sua totalidade, resultando em intervenções empiricistas e reducionistas” (Faermann e Mello, 2016, p. 112).

“É como eu falei para você, a gente não tem tempo de organizar nada. Porque você atende, atende, atende, atende, e é cesta básica, cesta básica, cesta básica e relatório, e você não consegue pensar. Você não consegue dar conta, porque a demanda é maior do que você tem condições de absorver. É um trabalho quantitativo e não qualitativo. A gente trabalha com quantidade e não com qualidade, e eu acho que o nosso trabalho deve ser com qualidade e não com quantidade. A gente não é máquina. E essa falta de cuidado com o profissional, acaba esgotando muito. Nós ficamos muito estafados porque: “Ah, você não está dando conta de fazer o relatório”? “Leva para sua casa”. Mas na minha casa não é lugar de trabalhar. Minha casa é lugar para eu estar com minha família, não é verdade? E essas trinta horas, que foram tão solicitadas, tão pedidas, que foram tão almeçadas. Na verdade, acabou não sendo trinta, porque se você não consegue relatar, não consegue fazer um relatório e tem que levar para casa, você vai continuar trabalhando na sua casa. Então são as oito horas exigidas” (PARTICIPANTE 4, FAERMANN E MELO, 2016, p. 112-113).

O que é possível observar, a partir dos relatos das/dos entrevistados por Faermann e Mello (2016), são as faces da atual configuração do capitalismo na contemporaneidade marcada pelo controle do trabalhador pelo capital e pela exigência da polivalência que se traduz em intensificação e superexploração, fazendo com que o trabalho perca seu significado social para as/os assistentes sociais.

Segundo as análises de Vasconcelos *et al.* (2018), entre as assistentes sociais indagadas em sua pesquisa, 66,7% afirmaram ter correlação entre o trabalho e as suas condições de saúde. Entre as que avaliam o impacto negativo do trabalho à saúde, destacam um determinante desse

processo é o estresse⁴⁶, gerado pelas más condições de trabalho. Os problemas levantados pelas/os assistentes sociais afetam a saúde física e mental, gerando cansaço mental/crônico, estresse, estafa, ansiedade e nervosismo. A depender da área em que se trabalha, a destaque da política de saúde, ainda há o risco iminente de se contrair doenças.

A tendência da precarização do trabalho e do recrudescimento das políticas sociais no marco do neoliberalismo, influi nas condições objetivas em que se realiza o trabalho das/dos assistentes sociais que convivem com jornadas extenuantes, acúmulo de demandas e o com o pluriemprego. Nessa direção, Guerra (2014) afirma:

“[...] a inserção sócio-profissional em duas ou mais políticas sociais, uma rotatividade inédita, resultante dos vínculos instáveis e dos baixos salários, além da intensificação e extensão de carga horária por ter que cumprir, pelo menos duas jornadas de trabalho. Numa profissão com quase 99% de mulheres, a tendência do pluriemprego, da intensificação do trabalho e do sobretabalho doméstico, limita a possibilidade de investimento da capacitação e na pesquisa, mas ainda, no necessário tempo de lazer e descanso, levando cada vez mais ao stress e adoecimento” (p. 50)

A dimensão de gênero⁴⁷ do processo de adoecimento das assistentes sociais é acentuada nas análises de Silva e Silva (2013), em que a conciliação entre a inserção da mulher no mercado de trabalho, a divisão (desigual) do trabalho doméstico, o papel da maternidade e do casamento, e a relação entre satisfação individual e vida familiar vem contribuído para o processo acelerado de adoecimento e sofrimento das mulheres. Ainda segundo as autoras:

“[...] dado a predominância feminina na profissão, [...] é possível considerar que isso incida sobre as precárias condições de trabalhos e, que repercutem em um processo de adoecimento e sofrimento das mulheres assistentes sociais inseridas na divisão sócio-técnica do trabalho em virtude da constante exigência de terem a capacidade inteligível de encontrar respostas aos problemas oriundos de um processo histórico de aviltamento dos direitos humanos que inviabilizam a superação das condições de precarização da vida e negam ou diminuem as possibilidades de se ter o acesso aos serviços sociais para atendimento as suas necessidades, o que por hora contribuiria para o fortalecimento de suas capacidades” (SILVA & SILVA, 2013, p. 6).

Em pesquisa realizada por Simões e Zucco (2010), os autores afirmam que no tocante às questões de gênero as mulheres assistentes sociais não se diferenciam de outras mulheres, mas

⁴⁶ Segundo Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010) “[...] o mal-estar continuado atinge – pela via do *estresse* ou por outros meios – o funcionamento (fisiologia) do organismo e, com o tempo, pode levar a alterações estruturais (enfarte cardíaco, por exemplo)” (p. 242).

⁴⁷ A concepção de gênero diz respeito a formação da identidade feminina e masculina e dos lugares e das imagens construídas socialmente em volta dos homens e das mulheres. Para Faury (2003) *apud* Silva e Silva 2013, a questão de gênero diz respeito a uma categoria social, uma vez que a sexualidade envolve três grandes aspectos: o biológico, que é o sexo, o psicológico, que é a identidade e o social, que é o gênero. Este último aspecto que origina o conceito fundamental para se compreender e superar preconceitos – posto que construído socialmente – é mutável, portanto, passível de ser superado enquanto mecanismo gerador de assimetrias e desigualdades.

convivem com as mesmas situações de exposição a uma constante desvalorização social e de renda, no que se refere à remuneração salarial não há diferença entre assistentes sociais homens e mulheres, mas a dupla ou tripla jornada de trabalho para as assistentes sociais permanecem.

Rocha (2008), questiona o processo de emancipação da mulher pela via do trabalho, e destaca que em contraponto há o processo de feminização da precarização em curso no mundo do trabalho contemporâneo, onde 75% dos trabalhadores adoecidos no (e pelo) trabalho são mulheres, e analisa ainda como síndromes como o LER, o *burnout*, o estresse entre outras, acometem mais as mulheres. Esse fenômeno denota como “[...] uma estrutura de sociedade e tradições culturais do trabalho que ampliam a forma de olhar o fenômeno do adoecimento de mulheres no trabalho” (Rocha, 2018, p. 9).

Santos e Manfroi (2015) analisam como as condições de trabalho repercutem na saúde e na subjetividade das/dos assistentes sociais a partir das pesquisas realizadas no Espírito Santo (2007) e em Santa Catarina (2011). No Espírito Santo (2007) em um universo de 202 profissionais, 69% afirmaram que o trabalho influencia em sua saúde, 28% responderam que não influencia e 3% não souberam responder. O relatório da pesquisa aponta que a maioria das perguntas que foram realizadas se referem a doenças psicossomáticas totalizando 110 casos; problemas físicos foram citados 34 vezes; e problemas referentes ao esforço psicológico e mental foram citados em um total de 20 casos (Peixoto e Teixeira, 2007).

Ainda, na pesquisa realizada em Santa Catarina (2011) em Florianópolis com um universo de 132 profissionais, 79% dos sujeitos pesquisados afirmaram a relação entre o trabalho e a sua saúde. As respostas dos pesquisados apontaram uma predominância de doenças ligadas ao trabalho que provocam estresse – citada 48 vezes – cansaço físico, dores, doenças cardiovasculares. Além dessas, foram identificadas doenças de fundo subjetivo como angústia, desânimo e frustração.

Em Santa Catarina, os sujeitos pesquisados correlacionaram as condições de trabalho como carga de trabalho elevada e baixos salários como as causas dos problemas de saúde que os afetam, “[...] verifica-se que eles reforçam que as condições de trabalho dos assistentes sociais têm sofrido o impacto do processo de reestruturação do trabalho, bem como das modificações que ocorreram no Estado” (Santos & Manfroi, 2015, p. 190). Aspectos relacionados ao desgaste físico e mental no cotidiano das/dos assistentes sociais foram identificados como o relato de uma entrevistada demonstra:

“A nossa atividade é muito desgastante, eu me sinto, tem dias que eu chego em casa, assim, sem energia nenhuma. Eu já aprendi a não levar o problema em si pra casa. Mas eu sinto que eu chego em casa e eu não tenho energia. É isso assim, eu chego, tomo um banho, como alguma coisa, me jogo no sofá e

apago. E aí a gente tá (sic) buscando assim, eu busquei uma forma de me cuidar, cuidar da minha saúde mental, assim, eu corro. [...] eu faço atividade física constante, porque eu preciso me cuidar. Eu já tive problema de tireoide, já apareceu um monte de caroço pelo corpo, e tal. Fiz tratamento” (PARTICIPANTE 6, MANFROI *et al.*, 2011 apud, SANTOS & MANFROI, 2015, p. 191).

O esgotamento e a falta de energia tal como relatado acima, são alguns dos processos que envolvem o desgaste. Nessa direção, as análises de sobre o desgaste operário de Laurell e Noriega (1989) ajuda a compreender os processos que permeiam o cotidiano das/dos assistente sociais em processo de adoecimento, onde os autores definem o desgaste como: “[...] os elementos que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (p.110).

O que se pode inferir a partir das pesquisas analisadas, é como a gestão do trabalho pela via da precarização e da retirada de direitos sociais na atual fase do capitalismo tem impactado diretamente os processamentos objetivos e subjetivos do trabalho da/do assistente social, causando adoecimento, sofrimento e desgaste físico e mental nessas/nesses trabalhadoras/es. O que se observa também é que essas/esses profissionais têm sofrido quase sempre sozinhos.

Faz-se importante avançarmos na construção de estudos consistentes sobre os processamentos do trabalho da/do assistente social em tempos de ataque aos direitos sociais e trabalhistas, bem como acerca das causas e das consequências que envolvem o adoecimento desses profissionais em tempos deletérios a vida, para que assim, se possa construir coletivamente mecanismos de enfrentamento aos levantes do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término deste trabalho, avaliou-se a necessidade do avanço de estudos e pesquisas mais aprofundadas acerca da situação de trabalho das/dos assistentes sociais – tal como a realizada pelo CFESS em 2005 – e suas reverberações na saúde destas/es profissionais, entendendo-as/os como parte constituinte da classe trabalhadora e por isso submetida à superexploração e à precarização do trabalho em curso, mas atentando-se para as especificidade da profissão, tal como a questão de gênero que atravessa a profissão e sua inserção nas políticas sociais junto às classes trabalhadoras.

A partir do referencial teórico analisado, identificou-se o contexto de profundas transformações societárias que demonstram a intensidade das conexões entre a organização do trabalho na cena contemporânea e o adoecimento das/dos trabalhadoras/es. Observou-se ainda, por meio dos dados analisados, que essa tendência tem se confirmado no seio da categoria das/dos assistentes sociais.

Destarte, a luta por melhores condições de trabalho para as/os assistentes sociais que o conjunto CFESS/CRESS e demais entidades da categoria tem travado, que tem contribuído significativamente para a redução das consequências deletérias do trabalho sob o capital na saúde dessas/es trabalhadores. Tal como inferiu-se neste estudo, há uma profunda correlação entre condições de trabalho e adoecimento. Reforça-se a isso, a importância da luta da categoria por melhores condições de trabalho e por concursos públicos, bandeiras fundamentais na construção de vínculos trabalhistas mais estáveis o que repercute de forma positiva no trabalho e na saúde das/dos assistentes sociais.

Vale salientar que o adoecimento das/dos assistentes sociais não acontece sem resistências, daí a importância do enfrentamento coletivo sob condições adoecedoras capazes de mobilizar a solidariedade e os vínculos entre os sujeitos que vivenciam estas determinações em uma sociedade marcada pelo individualismo. Nesse sentido,

“Se realmente existe um crescimento do sofrimento entre os trabalhadores, evidenciá-lo é fundamental já que, pelas características próprias do sofrimento, a personalidade dificulta a socialização, *mas é na socialização que se pode diminuir o sofrimento.*” (MAURÍCIO, CARVALHO & CARMO, 2017, p. 13, grifo nosso)

Por isso também, a importância da articulação do conjunto CFESS/CRESS nessa direção, isso somado à vinculação com os organismos de representação coletiva da classe trabalhadora na figura dos sindicatos. Estes são alguns dos atores centrais na criação de

mecanismos de discussão e enfrentamento aos levantes do capital sob a saúde das/dos trabalhadoras. Destaca-se que, esse compromisso das entidades das classes trabalhadoras não exime a responsabilidade do Estado na formulação de políticas públicas que busquem enfrentar esses processos gerados pela lógica destrutiva do capital.

Por fim, se tratando de Serviço Social, vale dizer, que a luta pelo trabalho atravessa também a luta pela efetivação dos direitos sociais no Brasil. A história do Serviço Social no Brasil é marcada por resistências e lutas frente ao capital. Nesta direção, reconhece-se que há intensos e complexos desafios postos aos fazer profissional das/dos assistentes sociais na contemporaneidade, por isso coletivizar as demandas desses profissionais conjuntamente com a classe trabalhadora se faz necessário para que se possa fortalecer as lutas sociais pelo trabalho e pela vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetória e Desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ALVES, G. *Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho*. 2ª ed. Práxis, Bauru, 2007.

_____; ANTUNES, R. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

AMARAL, A. S.; CESAR, M. *O Trabalho do Assistente Social nas empresas capitalistas*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo, Cortez 2015.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Paulo, Boitempo, 2005.

ATAÍDE, M. A de. *O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise*. Méis: história & cultura. v. 11, n. 22, p. 329-345, Caxias do Sul, 2012.

BARROCO, M. L. S.. *Fundamentos da ética do Serviço Social*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEFESS/ABEPSS (Org.). Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.339/1999*. Lista de doenças relacionadas ao trabalho. Disponível em:

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_2ed_p1.pdf>

Acesso em: 13 de novembro de 2018.

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5.278/2009*. Altera a Lei nº 8.622, de 7 de junho de 1993, que “Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, e dá outras providências, a fim de estabelecer o piso salarial da categoria. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=659061&filename=PL+5278/2009>. Acesso: 13 de novembro de 2018.

_____. Presidência da República. *Lei nº 12.317/2010*. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso: 13 de novembro de 2018.

- BEHRING, E. *Brasil em contra-reforma*. 2. ed. Cortez. São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, P. (Coord.) *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BÓRON, A. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In: SADER e GENTILI (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 63-137, 1995.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI F. *Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem*. (Org.) Ipea. In: *Boletim regional, urbano e ambiental jan-jun*. São Paulo, 2017.
- CAMARA, L.; SILVA, Q. C.; BURMANN, T. O. *Novo Capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial: entre o liberalismo e o neoliberalismo*. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 2, n. 4, p. 248-270, 26 ago. Ijuí, 2013.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CEFESS. *Código de Ética do Assistente Social e Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social*. Brasília, 1993.
- _____. (org.) CEFESS. *Assistentes sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional*. CFESS: Brasília, 2005.
- _____. Resolução nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006. *Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.
- _____. CFESS MANIFESTA. *Assédio moral nas relações de trabalho*. Brasília: CFESS, 2011.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CLOT, Y. *Travail et pouvoir d’agir*. PUF: Paris, 2008.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci. Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- CROCCO, F. L. T. *George Lukács e a reificação: teoria da constituição da realidade social*. *Kínesis*, Vol. I, nº 02, Outubro, p. 49 – 63. Marília, 2009
- DAVI, J. et al. *As particularidades da precarização de trabalho dos(as) Assistentes Sociais na política de saúde*. *Rev. O Social em Questão* Ano XVIII, nº 34. Rio de Janeiro, 2015.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DELGADO, L. B. *O mercado de trabalho do assistente social em Minas Gerais e no Rio de Janeiro*. In: Sociedade Contemporânea e o Trabalho do Assistente Social. Ufal, maio. Maceió, 2010.

_____.; AQUINO, I. G. de C. *O mercado (precarizado) de trabalho Assistente Social em Minas Gerais e no Rio de Janeiro: condições de contratação, remuneração e salários indiretos*. In: MORJO, C. B. SANTOS, C. M. (Orgs.). Serviço Social e Questão Social: Implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora: Ed. p. 93-110. UFJF, 2014.

DRAIBE, S. *As políticas sociais e o neoliberalismo: Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas*. Revista USP, (17), 86-101. São Paulo, 1993.

DRUCK, G. *Globalização e Reestruturação Produtiva: o Fordismo e/o Japonismo*. Revista de Economia Política, v. 19 no 2 (74), abril-junho. São Paulo, 1999.

_____. FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização do trabalho*. Boitempo. São Paulo, 2007.

_____. FRANCO, T.; SELIGMANN-SILVA, E. *As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado*. Rev. bras. Saúde ocup. 35 (122): 229-248, São Paulo, 2010.

_____. *Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?* Caderno CRH, v. 24, n. spe 01, p. 37-57. Salvador, 2011.

FAERMANN, L. A. *Teoria social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social*. Serv. Soc. Rev. v. 18, n.2, p. 34 - 51, jan./jun. Londrina, 2016.

_____. A; MELLO, C. C. V. *As condições de Trabalho do assistente social e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais*. Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96 - 113, jan./jul. 2016.

FIORI, J. L. *Debata sobre o Ponto Crítico: Consenso de Washington X Apartheid Social*. Série Estudos em Saúde Coletiva, n. 90. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 1994.

FRANCA, G. C. *Trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)*. 1ª ed. Expressão Popular. São Paulo, 2007.

- FREITAS, R. C. MESQUITA, A, A. *As novas expressões da questão social e as famílias brasileiras: reflexões para o Serviço Social*. In: Encontro Nacional de Políticas Sociais, 2011, Vitória. VI Encontro Nacional de Política Social, 2011.
- FREUDENBERGER, H. J. *Staff burn-out*. Journal of social issues, v. 30, no. 1, p. 159-165. Malden, 1974.
- GARCIA, L. B. R. *A ideologia e o poder disciplinar como formas de dominação*. Trans/Form/Ação, 11: 53-59. São Paulo, 1988.
- GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Tradução de Ivo Storniolo. Ideias Letras. Aparecida, 2007.
- GORZ, A. O Imaterial. Annablume. São Paulo, 2005.
- GRAMSCI, A. *Concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- GRANEMANN, S. *Processos de trabalho e Serviço Social*. In: Capacitação em Serviço Social: Módulo 2: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social (Org.) CFESS/ABEPSS, UnB. CEAD. Brasília, 1999.
- _____. *O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEFESS/ABEPSS (Org.). Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009b, p. 223-238.
- GUERRA, Y. *Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional*. In: Serviço Social no Brasil: cenários, pelepas e desafios. (Org.). MOTA, A. E.; AMARAL, A. UDUFPE, p. 45-52. Recife, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Cortez. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez. 17ed. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEFESS/ABEPSS (Org.). Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009b, p. 15-50.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.
- ISSUANI, A. *Crisis, Estado y Opciones de Política social*. Nepp/Unicamp, São Paulo, 1990.
- LAURELL, Asa Cristina. *Processo de trabalho e saúde*. In: Saúde em debate, n. 11, p. 8-22, 1981.

- _____. NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. Hucitec. São Paulo, 1989.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2º Edição, Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal, Publicações Escorpião, 1989.
- MACHADO, F. K; GIONGO, C. R; MENDES, J. M. R. *Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social*. Rev. Psicol. Política [online] vol.16, n.36, maio-ago. pp. 227-240. 2016.
- MANFROI, V. M. et al. *A realidade profissional dos assistentes sociais de Santa Catarina: mercado de trabalho, exercício e formação profissional*. Relatório de pesquisa. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.
- MANFROI, V, M; SANTOS, M, T. *Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional*. Em Pauta. 2º Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 178 – 196. Rio de Janeiro, 2015.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. I. Boitempo. São Paulo, 2013.
- MAURÍCIO, J. M. M. CARVALHO, M. C. CARMO, R. C. V. *Adoecimento e sofrimento do assistente social*. Encontro Internacional de Política Social. Vitória, 2017
- MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Vozes. Petrópolis, 2001.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. Cortez, 1996. nº 50, ano XVII, p. 87-132, São Paulo.
- _____. *Cinco Notas a propósito da “Questão Social”*. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). ABEPSS, Grafile. Brasília 2001.
- PASTORINI, A. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo, Cortez, 2007.
- PAZ, F. *A precarização do trabalho do assistente social na política de assistência social*. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. São Luís, 2015.
- PEIXOTO, P. E.; TEIXEIRA, R. V. *Condições e relações de trabalho*. In: CRESS 17ª Região. Relatório Pesquisa o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo. Vitória (ES). 2007.

- PEREIRA, P. A. *Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania*. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). ABEPSS, Graflin. Brasília, 2001.
- RAICHELIS, R. *O assistente social como trabalhador assalariado – desafios frente às violações de seus direitos*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 107, 2011.
- _____. *Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas*. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2010, n.104, pp.750-772.
- _____; VICENTE, D. *Metamorfoses do trabalho do assistente social em tempo de crise mundial – implicações para o trabalho do assistente social*. In: Seminário do Trabalho: Trabalho, educação e neodesenvolvimentismo. Marília, Unesp, 2014. Disponível em: <<https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/metamorfoses-do-trabalho-e-da-polc3adtica-social.pdf>>. Acesso em 17 de maio de 2018.
- RAMOS, S. R. *et al. Tendências do mercado de Trabalho para Assistentes Sociais egressos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: demandas, condições de trabalho e materialização do projeto ético-político profissional*. Natal, UERN, 2008.
- ROCHA, E. K. G.T. *Saúde e Adoecimento de Mulheres no Trabalho: Um tema antropológico e feminista*. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008.
- ROSANVALLON, P. *La nueva cuestion social: repensar el estado providencia*. Ediciones Mannatial, Buenos Aires, 1995.
- SANTOS, M. B. J. *A expansão e interiorização das competências profissionais na política de Assistência Social do Rio Grande do Norte*. EDUFPE. Recife, 2014.
- SBABO, M. *O Serviço Social como trabalho e profissão no poder judiciário*. Dissertação de mestrado: UnB, 2005.
- SCHILINDWEIN, Maria Madalena; SHIKIDA, Pery, Francisco. *Análise comparativa do desemprego no Brasil durante as décadas de 80 e 90: Implicações e panorama econômicos*. Ver. Economia Ensaio, v. 15, n. 1 (2000), UFU, Uberlândia, 2000.
- SELLIGMANN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental*. Cortez. São Paulo, 2011.
- SILVA, L. M. P; SILVA, L. S da. *As mulheres assistentes sociais: adoecimento e sofrimento em tempo de reestruturação produtiva*. III Simpósio mineiro de assistentes sociais, CRESS-MG. Belo Horizonte, 2013.
- SILVA, O. D. *Assédio moral nas relações de trabalho do/a assistente social: uma questão emergente*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

- SILVEIRA, A. *A participação dos trabalhadores na redução e eliminação da nocividade do trabalho*. In: MENDES, R. (Org.). *Patologias do trabalho*. Atheneu. v. 2, p. 1817-1833. 2003, Rio de Janeiro.
- SIMÕES, P. ZUCCO, L. *Homens no Serviço Social: primeiras impressões*. Libertas, v. 1, n. 1 jan-jun, p. 25-41. Juiz de Fora, 2012.
- VASCONCELOS, I. *et al. Condições de trabalho e saúde de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas*. Revista de Políticas Públicas UFMA. São Luís, 2018.
- VICENTE, D. *Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 123, 2015.
- VIEIRA, K. S. A. *A categoria Mundialização do Capital: tendências analíticas e singularidades em sua relação com o Estado, com a sociedade civil e na formação dos blocos regionais*. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2010.
- YAZBEK, M. C. *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil*. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001) ABEPSS, Graflin. Brasília, 2001.
- WERLANG, R. MENDES, J. *Sufrimento Social. Serv. Soc. Soc.* n.116, pp.743-768. Rio de Janeiro, 2013.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *The ICD-10 Classification of mental and behavioural disorders*. Geneva, 1992.